



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II



ANO L - Nº 11

TERÇA-FEIRA, 17 DE JANEIRO DE 1995

BRASÍLIA - DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 1995

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capinzal Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto de 30 de julho de 1992, que renova a concessão outorgada à Rádio Capinzal Ltda., para explorar, por dez anos, a partir de 12 de fevereiro de 1990, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de janeiro de 1995. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente

Publicado no DCN (Seção II), de 17-1-95

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 1995

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada o ato a que se refere a Portaria nº 61, de 6 de março de 1990, do Ministro de Estado das Comunicações, que renova, por dez anos, a partir de 12 de fevereiro de 1989, a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda., para explorar, na cidade de Araras, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de janeiro de 1995. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Publicado no DCN (Seção II), de 17-1-95

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Humberto Lucena, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 1995

Ratifica a incorporação de vantagens dos servidores do Cegraf e Prodasen.

EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR
Diretor Administrativo
JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal
ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É convalidada, para todos os efeitos, a decisão da Comissão Diretora do Senado Federal adotada em sua décima quarta reunião, realizada no dia 27 de novembro de 1985, que determinou a incorporação, como vantagem pessoal, dos servidores do Cegraf e do Prodasen, da Gratificação de Esforço Concentrado, bem como o Ato nº 6, de 1992, do Presidente do Conselho de Supervisão do Prodasen, que igualmente transformou em vantagem pessoal de seus servidores o Prêmio de Produtividade até então existente.

Art. 2º A aplicação do disposto no art. 1º fica adstrita aos servidores cujos direitos foram reconhecidos à época da edição dos atos ora convalidados.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 13 de janeiro de 1995. – Senador **Humberto Lucena**, Presidente.

Publicado no DCN (Seção II), de 17-1-95

SUMÁRIO**1 – ATA DA 28ª SESSÃO, EM 16 DE JANEIRO DE 1995****1.1 – ABERTURA****1.2 – EXPEDIENTE****1.2.1 – Mensagens do Senhor Presidente da República**

– Nº 26, de 1995 (nº 71/95, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

– Nº 27 a 31, de 1995 (nºs 72 a 76/95, na origem), de recebimento de comunicações.

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA – 160 anos do Banco Econômico.

SENADOR CHAGAS RODRIGUES – Assinatura de decretos presidenciais de desapropriação de terras para assentamento de trabalhadores, com vista à implantação da reforma agrária.

SENADOR ESPERIDIÃO AMIN – Regionalização do sistema de telecomunicações do País.

SENADOR MAGNO BACELAR – Críticas à intenção do Ministério da Educação de extinguir o concurso Vestibular para ingresso nas faculdades brasileiras.

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Posição contrária de S. Exª à proposta do Sr. Jorge Bornhausen, publicada na coluna do Sr. Élio Gáspari, no Jornal **O Globo**, edição de ontem, de tornar os ex-Presidentes da República Senadores vitalícios e sem direito a voto. Referências ao pronunciamento do Sr. Chagas Rodrigues.

SENADOR ÁUREO MELLO – Considerações a respeito da

transmissão, por antena parabólica, de conversa de bastidores antes de entrevista do Deputado Francisco Dornelles ao jornalista Carlos Chagas, sobre a venda de apartamentos funcionais aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

SENADOR JACQUES SILVA – Narcotráfico. Incorporação mais rápida à Polícia Federal de bens apreendidos dos traficantes.

1.2.3 – Ofícios

– Nºs 155 a 159, de 1995, da Liderança do Bloco Parlamentar na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a examinar e emitir parecer às Medidas Provisórias nºs 771, 777, 789, 781 e 802, de 1994.

1.2.4 – Requerimento

– Nº 52, de 1995, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Administração Federal da Presidência da República as informações que menciona.

1.2.5 – Comunicação da Presidência

– *Dispensa da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do art. 174, do Regimento Interno.*

1.2.6 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão**1.3 – ENCERRAMENTO****2 – MESA DIRETORA****3 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS****4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Ata da 28ª Sessão, em 16 de janeiro de 1995

11ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Humberto Lucena, Chagas Rodrigues e Jacques Silva

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo – Alexandre Costa – Chagas Rodrigues – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Francisco Rollemberg – Humberto Lucena – Jacques Silva – João Calmon – Joaquim Beato – José Fogaça – José Richa – Lourival Baptista – Magno Bacelar – Mansueto de Lavor – Mauro Benevides – Odacir Soares – Valmir Campelo

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – A lista de presença acusa o comparecimento de 20 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 26, de 1995 (nº 71/95, na origem), de 13 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 123, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 6.463, de 9 de novembro de 1977, sancionado e transformado na Lei nº 8.979, de 13 de janeiro de 1995.

De recebimento de comunicações:

Nºs 27 a 31, de 1995 (nºs 72 a 76/95, na origem), de 13 do corrente, comunicando o recebimento das Mensagens nºs 7 a 11, de 1995, referentes a escolha de autoridades.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O Expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL-SE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, em meados do ano passado, o Banco Econômico completou 160 anos, sendo atualmente a instituição financeira privada mais antiga da América Latina.

Ao longo desse tempo, honra-se o Banco Econômico de ter passado por 100 Ministros da Economia ou da Fazenda, vários planos econômicos e oito diferentes moedas, sem nunca ter deixado de pagar dividendos aos seus acionistas, mesmo em tempos mais difíceis dos períodos de crises que temos atravessado.

Falo do Banco Econômico, Sr. Presidente, porque, fundado em 13 de julho de 1834 por Miguel Calmon Du Pin e Almeida, baiano de nascimento, esta instituição vem permanecendo por todo esse tempo sob a direção de seus descendentes na Bahia e atualmente tem como Presidente o Engenheiro Civil, que também é formado em Engenharia de Petróleo e Administração Financeira, Dr. Ângelo Calmon de Sá, funcionário de carreira do Banco, onde, galgando progressivamente os cargos de direção, consolidou sua atual estrutura que aqui atua em nível nacional e internacional, pois também opera agências suas no exterior.

O Dr. Ângelo Calmon de Sá, que já exerceu a Secretaria de Indústria e Comércio da Bahia, a Superintendência do Centro Industrial de Aratu, a Presidência do Banco do Brasil, o Ministério da Indústria e Comércio e a Secretaria de Desenvolvimento Regio-

nal da Presidência da República, no cargo de Ministro-Chefe, vem promovendo importantes transformações na instituição que preside, uma das mais sólidas do Sistema Financeiro Nacional e, segundo entrevista publicada na revista do banco, considera o atual plano de estabilização econômica como a melhor oportunidade que o Brasil já teve para impulsionar o seu desenvolvimento e retomar o crescimento econômico.

O Sr. Mauro Benevides – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Mauro Benevides – Senador Lourival Baptista, no instante em que V. Exª realça a figura de um grande brasileiro, o ex-Ministro Ângelo Calmon de Sá, permito-me interferir no pronunciamento de V. Exª para levar também a minha manifestação solidária de enaltecimento dessa figura extraordinária de homem de finanças que já ocupou importantes postos da administração, como V. Exª acaba de mencionar, tais como o de Ministro da Indústria e Comércio, o de Ministro da Secretaria de Assuntos Regionais, enfim, uma série de outros encargos que tem cumprido com exemplar devotamento. Permito-me lembrar a V. Exª, neste instante, que fui colega de Ângelo Calmon de Sá no Conselho Monetário Nacional, quando ele compunha aquele colegiado, na época presidido pelo Ministro Dilson Funaro, e quando exercia eu a Presidência do Banco do Nordeste do Brasil. E posso dizer a V. Exª que, representando a área privada no Conselho Monetário Nacional, as intervenções do Conselheiro Ângelo Calmon de Sá eram sempre ouvidas com a maior atenção, porque ditadas pela sua experiência, pelo seu tirocínio, pelo seu descortino e, sobretudo, pela vivência dos problemas econômico-financeiros do País. Eu me permitiria também destacar para V. Exª que, embora engolfado com as responsabilidades de comandar um elenco de empresas, o Dr. Ângelo Calmon de Sá dedica ainda parte do seu tempo a uma obra das mais meritórias, o Hospital Sarah Kubitschek, chefiando o seu Conselho de Administração e ali estimulando, de todas as formas, a ação dinâmica do grande médico e cientista, Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior. Pois bem, o Dr. Ângelo Calmon de Sá aí está de todas as formas motivando essa ação benfazeja em favor do aparelho locomotor, que é exatamente o grande objetivo da Rede Sarah, cuja sede é aqui em Brasília e tem hospitais em Salvador, está prestes a haver também em Fortaleza o Hospital Sarah Kubitschek. Portanto, ressaltando apenas esses dois aspectos, eu queria associar-me à homenagem que V. Exª presta a um grande brasileiro dedicado à atividade privada, fazendo com que o seu estabelecimento financeiro, que acredito que seja a **holding** de todas as suas empresas, tenha hoje uma imagem extremamente favorável junto aos círculos financeiros internacionais.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA – Muito grato a V. Exª, eminente Senador Mauro Benevides, pelo seu aparte que muito enriquece esse pronunciamento que fazemos, referente aos 160 anos do Banco Econômico, hoje dirigido por Ângelo Calmon de Sá, que, como disse V. Exª, é um homem que também se dedica ao social.

O Sr. Ângelo Calmon é Presidente do Conselho do Hospital Sarah Kubitschek, do qual também faço parte. Neste momento, quero dizer a V. Exª que de Sergipe S. Sª também presta relevantes serviços à instituição que foi fundada por minha saudosa esposa, Hildete Falcão Baptista.

Quando minha esposa faleceu, tal instituição era constituída

por 1.110 meninos em regime de semi-internato e de externato e, graças a Deus, continua funcionando também devido ao apoio de Angelo Calmon de Sá.

O Sr. Mauro Benevides – Nobre Senador Lourival Baptista, sei que vou tocar ainda mais o coração de V. Ex.^a ao dizer que, dentre os seus colegas desta Casa, talvez seja eu quem conheço mais de perto o trabalho realizado pela saudosa D. Hildete na obra extraordinária, que é o Instituto Lourival Fontes. Eu mesmo, ao visitar aquela entidade de fins filantrópicos, pude verificar uma administração realizada não apenas com mestria de comando, mas sobretudo com abnegação, com devotamento, com sacrifício pessoal. V. Ex.^a se recorda que, ao visitar Aracaju, desloquei-me até aquela entidade e ali pude levar pessoalmente, acompanhado que estava também da minha mulher, a manifestação do nosso estímulo àquela dama extraordinária que deixava o conforto do seu lar, o convívio de sua família para se dedicar às centenas de crianças recolhidas para receberem educação e adestramento profissional. Eu não poderia, nesse instante, me exonerar desse dever de consciência de enaltecer o que D. Hildete realizava em favor das crianças sergipanas.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA – Muito grato a V. Ex.^a, eminente Senador Mauro Benevides, por esse segundo aparte. V. Ex.^a fez com que eu retornasse ao que me enche de grande saudade, que toma conta de mim: justamente a falta de minha companheira, minha esposa, que infelizmente perdi há dois anos. Durante os últimos nove anos da nossa vida em comum, dedicou-se de corpo e alma ao Instituto Lourival Fontes. V. Ex.^a sabe o motivo dessa dedicação: o atropelamento que sofreu uma de nossas netas, que ficou trinta e seis dias entre a vida e a morte; este fato levou minha esposa a fazer uma promessa: se a menina ficasse boa, iria dedicar-se de corpo e alma ao Instituto Lourival Fontes. Lá ficou cerca de nove anos, repito. Eu ia às quintas-feiras e voltava aos domingos; hoje, graças a Deus, aquele Instituto é dirigido por uma filha minha.

Agradeço a V. Ex.^a este aparte, que partiu diretamente do seu coração, muito mais do que pelos filtros da inteligência de V. Ex.^a

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o atual Banco Econômico, de âmbito nacional, com agências no exterior, antes denominado Banco Econômico da Bahia, um dos maiores bancos múltiplos privados do Brasil, é uma instituição que honra o seu Estado de origem e muito tem contribuído, com a sua experiência e atuação, para o nosso desenvolvimento.

E, na pessoa do seu Presidente, o ex-Ministro Angelo Calmon de Sá, que das vezes que passou pelo Governo prestou relevantes serviços à administração pública federal com a rica experiência que acumulou na iniciativa privada, quero manifestar as minhas congratulações ao corpo diretivo e funcional da empresa e acrescentar, com entusiasmo, que a história do Banco e dessa ilustre e tradicional família baiana muito honra a sua terra natal e muito tem feito pelo progresso de nosso País.

Quero ressaltar que, durante sua passagem pelos cargos que exerceu como Ministro, sempre atendeu com toda a presteza e atenção aos pleitos de interesse de Sergipe, levados por mim ou por outros membros da bancada sergipana no Congresso Nacional, razão pela qual lhe somos muito gratos.

Fico muito feliz de fazer hoje à tarde este registro porque muito valorizo a antiga e preciosa amizade que me liga a Angelo Calmon de Sá, que sempre me distinguiu com a sua habitual atenção e por sua generosidade em sempre procurar ser útil às boas causas, tomando-se também um benemérito do Instituto Lourival Fontes, ao qual sempre emprestou a sua ajuda para realizar o trabalho de assistência aos menores carentes mantidos pela entidade, fundada pela minha saudosa esposa Hildete Falcão Baptista.

Finalizando, Sr. Presidente, peço a transcrição, com o meu pronunciamento, do artigo publicado na *Revista do Banco Econômico*, nº 482, de julho de 1994, intitulado "O Real é a nossa grande chance".

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

BIS

A revista do Banco Econômico
Nº 482 Ano XIX Julho de 1994

ECONÔMICO

Ao completar 160 anos, dia 13 deste mês, o Econômico combina a sofisticação das instituições financeiras de vanguarda com a experiência que só o mais antigo banco privado da América Latina pode oferecer

Angelo Sá – Entrevista

O REAL É A NOSSA GRANDE CHANCE

O presidente do Econômico elogia o Plano do Governo, mostra suas vantagens sobre os anteriores e diz que esta é a melhor oportunidade para o País estabilizar a economia

Bianca Ribeiro

Fundado a 13 de julho de 1834, o Banco Econômico está completando 160 anos e é a instituição financeira privada mais antiga da América Latina. Com uma história de vida intimamente ligada a fatos importantes da economia e da política nacional, a instituição honra-se por ter passado por 100 ministros da Economia, vários planos, oito moedas diferentes e dezenas de indexadores. Nesse tempo, consagrou-se um banco privado com esta experiência e conhecimento profundo do mercado brasileiro, mantendo-se tradicional e ao mesmo tempo moderno, ágil e flexível, sempre pronto a buscar produtos, serviços e atendimento diferenciados para sua clientela e sem nunca ter deixado de pagar – nem em tempos de crise – dividendos aos seus acionistas.

À frente da Organização está o engenheiro civil e banqueiro, Angelo Sá, homem conhecido na vida pública nacional por suas várias passagens pelo Governo. Foi secretário da Fazenda e da Indústria e Comércio do Estado da Bahia, presidente do Banco do Brasil, ministro da Indústria e Comércio e ministro-chefe da Secretaria do Desenvolvimento Regional. Em fevereiro passado, Angelo Sá voltou a ocupar sua cadeira na presidência do Banco e, desde então, vem mantendo encontros com gerentes do Brasil inteiro a fim de traçar as diretrizes da empresa frente à nova realidade do mercado financeiro com a entrada do real. Defensor ferrenho do Plano, Angelo Sá considera esta "a melhor oportunidade que o Brasil já teve para estabilizar sua economia".

Em almoços e encontros com empresários e jornalistas de todo o País, incluindo também reuniões com o ministro da Economia, Rubens Ricupero, Angelo Sá defende sua posição e dá sugestões sobre pontos que considera relevantes no Plano Real. Expõe o que considera o perfil do Brasil nesses novos tempos, quais as possibilidades do Plano dar certo, quais as expectativas de juros e inflação, quais as melhores aplicações neste momento, entre outros aspectos. Em meio à sua maratona pelo Brasil, o presidente do Econômico concedeu a seguinte entrevista à revista BIS:

BIS: – Sendo o senhor um banqueiro e, principalmente, com passagens importantes pela história econômica do País, como avalia as probabilidades do Plano Real dar certo? O senhor acredita que a sociedade brasileira está preparada para passar por mais este Plano?

Angelo Sá – Acredito que o Plano Real é a última chance de estabilizar a economia brasileira, sem impor traumas maiores à sociedade. Este Plano tem uma série de características que o fazem diferente dos demais. Duas são fundamentais: primeiro, ele não é um plano surpresa. A sociedade soube com bastante antecedência o que iria acontecer, já se ajustou e este é um aspecto muito importante. O povo brasileiro está preparado como nunca esteve em toda a história econômica do Brasil. Só esta vantagem já o torna bem mais viável do que qualquer outro.

Durante o discurso do Sr. Lourival Baptista, o Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jacques Silva.

O SR. PRESIDENTE (Jacques Silva) – Concedo a palavra ao nobre Senador Chagas Rodrigues.

O SR. CHAGAS RODRIGUES (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado nesta tarde para dirigir minhas congratulações a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso; a S. Ex^a, o Sr. Ministro da Agricultura, Andrade Vieira e, ao mesmo tempo, para dirigir a essas altas autoridades um apelo.

Refiro-me, Sr. Presidente, a decretos que declaram de interesse social para fins de reforma agrária os imóveis rurais mencionados e que, conseqüentemente, autorizam o Incra a promover, na forma da lei, a desapropriação das respectivas áreas.

Com efeito, o **Jornal de Brasília** de quinta-feira última, 12 de janeiro, traz a primeira notícia: "Vieira envia processo de assentamento a FHC".

"O Ministro da Agricultura, Andrade Vieira, enviou ontem ao Presidente Fernando Henrique Cardoso processos para a desapropriação de 19 novas áreas em nove Estados, num total de 356.300 hectares, permitindo o assentamento de 3.755 famílias. O primeiro pacote de desapropriações, abrangendo 58.800 hectares em seis Estados, foi enviado pelo Ministro no dia 6 de janeiro e, menos de uma semana depois, enviou a relação de novas áreas a serem desapropriadas, perfazendo um total de 415 mil hectares em desapropriação, com o assentamento de 5 mil famílias. As áreas estão localizadas nos Estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Paraíba, Rondônia, São Paulo e Tocantins."

Outro periódico, o **Jornal do Brasil**, em sua edição de sábado, dia 14 de janeiro, reporta-se a esta importante notícia e diz o seguinte:

Governo desapropria terras em 9 Estados.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou 18 decretos de desapropriação de áreas, em 9 Estados, beneficiando 2.103 famílias. Estes são os primeiros processos de assentamento do Governo que foram publicados no **Diário Oficial** de ontem. As desapropriações atingem os Estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso, Maranhão, Pará, Paraíba, Rondônia, São Paulo e Tocantins e totalizam 74,6 mil hectares.

Estas desapropriações fazem parte de um pacote enviado pelo Ministro da Agricultura, José Eduardo Andrade Vieira, ao Presidente, no início do mês. O Palácio do Planalto, no entanto, ainda não aprovou os outros processos. O projeto do Ministro é municipalizar a reforma agrária, incentivando a criação de cooperativas para administrar e acompanhar os assentamentos.

Técnicos da agricultura estudam a legislação para

oficializar a proposta do Ministro José Eduardo."

O Sr. Joaquim Beato – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CHAGAS RODRIGUES – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Joaquim Beato – Nobre Senador Chagas Rodrigues, V. Ex^a traz uma notícia importante para o Senado Federal e para o País, porque todos sabem que a reforma agrária é uma das medidas mais urgentes de justiça social e de modernização da nossa agricultura. É necessário, pois, que os governantes tenham coragem de enfrentar o problema que os latifundiários conservadores criam com relação a qualquer mobilização e qualquer ação em torno da reforma agrária. Há um projeto de reforma agrária no Brasil desde a época do nosso grande José Bonifácio de Andrada e Silva. As tentativas do Presidente João Goulart de desapropriar terras às margens das rodovias federais para a reforma agrária constituíram em um dos motivos que o levaram a cair. Mais recentemente, os grandes latifundiários armaram-se e fundaram um movimento chamado UDR, extremamente conservador e ameaçador, para resistir a qualquer alteração da nossa estrutura fundiária. Entretanto, estamos vendo que o atual Governo estabelece como uma das suas prioridades uma reforma agrária que atenda não só a necessidade de justiça social para o trabalhador rural sem terra – que temos aos milhões em nosso País –, mas também atende à necessidade que chamaríamos de lógica capitalista, isto é, modernizar a agricultura. Por outro lado, sabemos que são as pequenas e médias propriedades que produzem os alimentos; enquanto que as grandes propriedades rurais, os latifúndios, voltam-se para a produção de artigos para exportação. Se precisamos de alimentos, se precisamos baratear a cesta básica, necessitamos da reforma agrária e devemos conter, ao mesmo tempo, a desordem do crescimento e do inchaço das nossas cidades, a favelização do nosso povo. Sabemos que a favelização e a urbanização tumultuada do nosso País aconteceram porque o campo não pode oferecer oportunidade de vida decente e humana para grande parte da nossa população. Temos um milhão de migrantes em nosso País procurando fronteiras, cidades para buscar trabalho, moradia e a felicidade. Então, sentimos que a reforma agrária não é somente uma urgência do ponto de vista da justiça social; é, também, uma urgência para o crescimento e o desenvolvimento do País. Trata-se de uma medida que as nações européias e asiáticas, que estão chegando aos primeiros postos – como a Itália e a Coreia –, adotaram para modernizar a agricultura do ponto de vista puramente econômico; para nós, é muito mais urgente do ponto de vista social. Nossas congratulações a V. Ex^a por trazer esta notificação ao Senado e por demonstrar, assim, a importância da fidelidade que o nosso Presidente está mantendo ao seu programa de governo. Muito obrigado.

O SR. CHAGAS RODRIGUES – Muito agradeço o expressivo aparte de V. Ex^a e com satisfação o incorporo ao meu modesto discurso.

Sr. Presidente, durante muito tempo, quando se falava em reforma agrária, o que se ouvia era o seguinte: reforma agrária? Por quê? Hoje, é o contrário. Seria o caso de perguntar-se: por que não fazer reforma agrária?

Assim a reforma agrária precisa ter continuidade, ser aprimorada, estender-se a outras áreas e atingir as suas autênticas finalidades: prender o homem à terra, aumentar a produção e democratizar a propriedade. Não se admitem mais hoje, no Brasil, latifúndios improdutivos, e o Governo deve ficar atento para isso.

A velha teoria da função social da propriedade, defendida por muitos papas, juristas e filósofos, já incorporada à nossa Constituição, hoje, também, já não se discute. Propriedade não é, nem pode ser um direito absoluto. A propriedade tem uma função social e deve ser usada não só para atender aos desejos pessoais, mas

também aos superiores interesses da sociedade.

Então, aqui ficam as nossas congratulações ao nosso Presidente da República e ao nosso Ministro da Agricultura.

O Sr. Eduardo Suplicy – V. Ex^a concede-me um aparte, *Senador Chagas Rodrigues?*

O SR. CHAGAS RODRIGUES – Com satisfação, nobre *Senador Eduardo Suplicy.*

O Sr. Eduardo Suplicy – Ainda na semana passada, bem como na semana retrasada, aqui registrei que já se passaram os primeiros dias do novo Governo e eu ainda não havia visto ações relativas à realização da reforma agrária. Na ocasião, o Senador Jonas Pinheiro pediu-me que aguardasse um pouco mais, pois as ações logo viriam. Então, disse a S. Ex^a que eu faria os devidos registros dessas ações da tribuna do Senado, quando estas ocorressem. E hoje gostaria de incorporar-me à manifestação de V. Ex^a, Senador Chagas Rodrigues, no sentido de registrarmos o primeiro passo que o Governo Fernando Henrique dá no sentido de desapropriar imóveis rurais para atender a interesses sociais, como a Fazenda Rio das Rãs, na Bahia; a Fazenda Matão, no Estado de São Paulo; a Fazenda São João da Mata, no Estado de São Paulo; a Fazenda Faxinal, também no Estado de São Paulo; o imóvel Cabeceira dos Porcos, em Tocantins. Vou registrar, para especificar ainda melhor a manifestação de V. Ex^a, o imóvel Engenho Novo, na Paraíba; Seringal Aliança do Juary, em Rondônia; Fazenda São Sebastião, no Pará; Fazenda Colônia, em Goiás; Fazenda Brejo de São José, no Estado da Bahia; Fazenda Surpresa, em Minas Gerais; Cachimbo ou Jardim, no Ceará; Cavaco/Canta Galinho, no Paraná; Recreio, no Estado que V. Ex^a representa, o Piauí, no Município de Manoel Emídio; Córrego das Aroeiras, no Ceará; Fazenda Lagoa e Caldeirão, na Bahia; Fazenda Alegres, no Ceará; Mocambo, em Sergipe.

Enfim, são essas as áreas desapropriadas para fins de interesse social e realização de reforma agrária. O INCRA está autorizado a promover a referida desapropriação, na forma prevista na Lei Complementar n^o 76, sendo que agora lhe cabe a tarefa de organizar o assentamento de famílias.

É preciso examinar o mérito do Governo Itamar Franco, que havia preparado essas desapropriações, já que esse lote de áreas desapropriadas refere-se a um complemento da ação preparada por aquele Governo. Entretanto, é importante também que haja agilização dessas desapropriações e dos respectivos assentamentos em cada uma das áreas. Espero que o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira use critérios eficientes e rápidos para a realização da reforma agrária e o assentamento de famílias, pois S. Ex^a muitas vezes reclama do setor público os critérios de eficácia que ele próprio advoga existir no âmbito da iniciativa privada. Senador Chagas Rodrigues, sabemos que quando o setor público quer, quando age com civilidade ou movido por interesses maiores da Nação, tem tudo para agir com rapidez e eficiência. Portanto, é importante que cobremos a ação, mas também é importante que assinalemos quando ela se realiza. Estaremos, assim, a cada momento, ao longo do presente Governo, assinalando e fazendo balanços do que foi e do que deixou de ser realizado. Por isso, considero importante o registro que V. Ex^a faz.

O SR. CHAGAS RODRIGUES – Nobre Senador Eduardo Suplicy, agradeço a V. Ex^a o valioso aparte. Estou também de pleno acordo com as considerações feitas por V. Ex^a. Verifico que nas duas notícias, a do *Jornal de Brasília* e a do *Jornal do Brasil*, não há nenhuma referência ao Estado que eu represento nesta Casa. No entanto, V. Ex^a leu uma referência ao Estado do Piauí. V. Ex^a mencionou terras localizadas em qual Município?

O Sr. Eduardo Suplicy – No Município de Manoel Emídio, no Estado do Piauí. Trata-se do imóvel rural denominado Re-

creio, com área de 24.293ha e objeto da Matrícula n^o 759 do Cartório de Registro de Imóveis, da Comarca de Bertolínia, Estado do Piauí. Permite V. Ex^a que eu faça ainda uma consideração?

O SR. CHAGAS RODRIGUES – Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy – Na semana passada, dialoguei com o Ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, e pedi a S. Ex^a que sempre que houvesse informação a respeito – esta também foi a natureza do diálogo que tive com o Presidente do INCRA, Marcos Lins –, que ela fosse encaminhada ao Congresso Nacional, ao Senado, porque aqui eu estaria registrando e fazendo um balanço das ações relativas à reforma agrária. Na oportunidade, o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira informou-me que está considerando a possibilidade de dialogar com os segmentos que defendem a ecologia e o meio ambiente no País, para propor que as áreas desapropriadas para fins de reforma agrária não fossem submetidas às exigências do Ibama relativas à necessidade de manter as áreas de reflorestamento e de reservas ambientais. Eu lhe disse que iria dialogar com os trabalhadores que representam os movimentos dos "sem-terra", com os trabalhadores da agricultura, para verificar qual tem sido o procedimento a respeito. Na sexta-feira, conversei com alguns desses trabalhadores, e informaram-me que, normalmente, os trabalhadores que têm amadurecido bastante a discussão sobre a realização da reforma agrária, quando estão realizando um assentamento, sempre têm por meta estabelecer o resguardo de pelo menos 20% da área para as reservas florestais, ou seja, mesmo os trabalhadores que estão muito empenhados na realização da reforma agrária consideram importante que pelo menos 20% das áreas desapropriadas sejam resguardadas para essa finalidade. Estou adiantando este tema, porque o Ministro José Eduardo de Andrade Vieira pediu-me que suscitasse o debate a respeito.

O SR. CHAGAS RODRIGUES – Realmente o que todos desejamos é que a reforma agrária seja feita conforme critérios científicos e de justiça social, levando-se em conta também – e não poderia deixar de ser assim – a preservação do meio ambiente.

Sr. Presidente, agradeceu-me muito verificar a inclusão de um imóvel situado no Piauí. Não tive oportunidade de ler neste final de semana o *Diário Oficial*, mas li, entre outros os jornais mencionados: um de Brasília e outro do Rio de Janeiro. Com a notícia dada pelo nobre Senador Eduardo Suplicy, que muito de perto acompanha também este assunto, levado pelo seu espírito público e democrático. S. Ex^a faz referência à leitura que fez no *Diário Oficial*, onde consta um decreto que autoriza a desapropriação de uma área situada no meu Estado.

Sr. Presidente, além das congratulações que dirijo ao Senhor Presidente da República e ao Ministro da Agricultura, eu queria endereçar-lhes um apelo referente aos três processos de desapropriação de terras no Piauí para fins de reforma agrária.

Comunicou-me o Superintendente Regional, o dedicado e competente Dr. Acilino Ribeiro de Almeida que, com essas desapropriações, estarão resolvidos os problemas de conflito de terras no Piauí.

Em seus três últimos dias, dirigi-me ao Ministro da Agricultura do então Governo do Presidente Itamar Franco. Mencionei estes três processos, oriundos do meu Estado, e pedi a atenção do então Ministro da Agricultura, Dr. Sinval Guazzelli.

Eis os processos: SR-Piauí n^o 148/93, referente à Fazenda Fortaleza, 1.811ha, situada em Esperantina; Ofício n^o 443/94, do Incra ao Sr. Ministro; Processo SR-Piauí n^o 289/94, referente à comunidade Rodeador, 2.463ha, em Nazaré do Piauí; Ofício n^o 442/94, do Incra ao Sr. Ministro da Agricultura; Processo SR-Piauí n^o 313/93, dirigido à direção nacional do Incra, sobre a Fazenda Saco, com 12.093ha, no Município de Caracol; e Ofício n^o 446/94, do INCRA.

Como-disse, Sr. Presidente, essas desapropriações determinam o fim dos conflitos de terra existentes no meu Estado, o Piauí. É provável que esses processos tenham sido remetidos pelo ex-Ministro da Agricultura à Presidência da República. Se S. Ex.^a não tiver tido tempo para isso, apelo para o atual Ministro no sentido de, com a maior brevidade possível, remeter esses três processos a Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, a fim de que sejam baixados os decretos que autorizem a desapropriação dessas áreas.

Se os processos já estiverem na Presidência da República, enviados pelo ex-Ministro Sinval Guazelli, espero que o eminente Presidente Fernando Henrique Cardoso, com a brevidade possível, baixe os respectivos decretos, reclamados, não só pelos sindicatos, como também por todos aqueles preocupados com este problema. Tenho recebido apelos de S. Ex.^{as}, ilustres bispos do meu Estado, de padres, de sindicatos, e todos estão aguardando a desapropriação desses três imóveis.

O nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso começa a realizar uma grande administração, a qual, tenho certeza, se tornará maior ainda com o decorrer do tempo. Sua Excelência tem compromissos com o desenvolvimento econômico, com a justiça social, com a geração de empregos e também com o combate à corrupção e à inflação. Tenho certeza de que o Presidente Fernando Henrique Cardoso continuará no firme propósito, buscando atingir esses objetivos, realizando a administração que a Nação toda deseja: rigorosamente honesta, e que será também de combate aos privilégios, às injustiças e às discriminações. O nosso País precisa crescer e se desenvolver harmoniosamente, democraticamente, e assim, temos de combater ainda os desníveis sociais e regionais que ainda nos deixam numa situação constrangedora perante o mundo.

Essas, portanto, as minhas palavras de congratulações. Estou certo de que essa política, inclusive na área da reforma agrária, encontrará, também, ressonância e apoio nas duas Casas do Congresso Nacional, pois já conta com o apoio da grande maioria do povo brasileiro.

Durante o discurso do Sr. Chagas Rodrigues, o Sr. Jacques Silva deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

Durante o discurso do Sr. Chagas Rodrigues, o Sr. Humberto Lucena, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jacques Silva.

O SR. PRESIDENTE (Jacques Silva) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PPR-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, desejo, nesta oportunidade, com a prudência que o tema exige, fazer uma breve reflexão, externando a minha posição acerca de uma notícia divulgada pelo jornal *Folha de S.Paulo* do último sábado, 14 de janeiro, cuja manchete é vazada nos seguintes termos:

"GOVERNO PLANEJA REDUZIR TELEFÔNICAS"

O primeiro parágrafo da notícia, ainda na primeira página do jornal, diz:

"O Governo está elaborando medida provisória para regionalizar o sistema de telecomunicações no País. A intenção é reduzir de 28 para 7 o número de estatais do setor."

O que torna a matéria mais dotada de detalhes, assinada por Cari Rodrigues e Liliana Lavoratti, está na página 6 do mesmo jornal, 1.^o Caderno, de cujo teor quero destacar dois pontos. O primeiro é o seguinte:

"O objetivo da mudança é reduzir os custos, extinguindo 119 cargos de diretoria.

O esboço da medida provisória, que está em estudo no Ministério das Comunicações, será apresentado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso nos próximos dias."

Segue-se uma referência à Lei n.^o 8.029, do Governo Collor, de 12 de abril de 1990, que estabelece, no seu art. 16, autorização para que o Poder Executivo promova, por intermédio da Telebrás, a fusão ou a incorporação das empresas de Telecomunicações, exceto a Embratel, integrantes do respectivo sistema, de modo a reduzir para oito empresas de âmbito regional as atualmente existentes, observado o que dispõe o parágrafo único do art. 14 desta lei, quanto ao referencial para delimitação de regiões.

O art. 14 autoriza o Executivo a instituir o INSS como autarquia Federal, resultante da fusão do lapas com o INPS, e estabelece, no seu parágrafo único, esse referencial para delimitação das regiões:

"O INSS terá até sete superintendências regionais, com localização definida em decreto, de acordo com a atual divisão do território nacional em macrorregiões econômicas, adotada pela Fundação IBGE para fins estatísticos, as quais serão dirigidas por superintendentes nomeados pelo Presidente da República."

Portanto, a matéria veiculada pelo *Jornal Folha de S. Paulo*, ainda que cogite providências que o Poder Executivo estaria por tomar, tem, não apenas o fundo de verdade que lhe confere o gabarito do jornal que produziu a notícia, mas, também, como respaldo, os fatos ocorridos em 1990 com a medida provisória e o posterior projeto de lei de conversão e a Lei n.^o 8.029, no início do Governo de Fernando Collor de Mello.

Faço essa reflexão para repetir agora o posicionamento que, naquela oportunidade, adotei. Fui e sou contra essa regionalização! Eu gostaria de fazer um apelo no sentido de que o atual Governo não repita o equívoco do início do Governo de Fernando Collor.

As empresas estaduais de telecomunicações devem ter a sua administração permanentemente aperfeiçoada. No entanto, estabelecer essa regionalização seria decapitar o poder decisório nos Estados com menos poder de pressão na nossa Federação.

O raciocínio expendido na reportagem leva-nos a crer que pressões políticas, cargos de diretoria, enfim, o tradicional fisiologismo atribuído à classe política seria o fator dominante a impedir tal regionalização.

Eu gostaria de focalizar exatamente esse argumento para demonstrar que ele não é correto e muito menos irrefutável. Decapitar o poder decisório em matéria de telecomunicações, os serviços estaduais de telecomunicações de Estados, no caso, vinte Estados da Federação, seria muito negativo para a população desses Estados. Por exemplo: subordinar à Telerj a Companhia Estadual de Telecomunicações do Espírito Santo, ou a do Mato Grosso do Sul à de São Paulo, ou, como se pretendia fazer em 1990, a de Santa Catarina à do Paraná, além de ser lesivo aos interesses das unidades da Federação, vai prejudicar a evolução da qualidade dos serviços de telefonia, já que o ideal seria que houvesse o máximo de descentralização possível.

Quero repetir os argumentos expendidos em 1990 para impedir que essa fusão ocorra. Ela também não ocorreu no âmbito do INSS que aqui está citado. Imaginemos os graves problemas por que passariam os usuários, os beneficiários do INSS, se tal fusão ocorresse.

Em 1990, a mesma idéia, gerada por técnicos – ainda não vou chamar de tecnocratas – que acreditam que a simplificação aritmética pode ser a simplificação ideal, foi apresentada às autoridades de então, pretendendo propor e fazer aprovar essa incorporação de empresas, no caso, de menor porte, pelas de maior porte, no âmbito das telecomunicações. O mesmo raciocínio parece que está sendo apresentado ao atual Governo para direcioná-lo na sua ação.

Faço essa reflexão na condição de Senador. Penso que o Senado Federal é o melhor cenário para tal discussão, porque isso afeta uma questão intrínseca da Federação. O Senado Federal, sendo a Casa típica da Federação, deve resguardar os direitos dos Estados brasileiros, que têm, no Senado, a forma institucional de defesa dos seus mais legítimos interesses.

Faço, também, essa colocação na condição de ex-funcionário, ex-técnico da Telecomunicações de Santa Catarina (TELESC), empresa a qual estive ligado durante 15 anos, servindo com dedicação, com o máximo de esforço que pude mobilizar, empresa por cuja designação, prestei serviços a outras empresas de telecomunicações do Brasil, inclusive na organização das Telecomunicações do Piauí, TELEPISA. E prestei outros serviços à Telebrás, na época da modernização do sistema de telecomunicações do Brasil.

Nessa dupla condição de representante do Estado de Santa Catarina e de ex-servidor do Sistema Telebrás, eu gostaria de repetir o que em 1990 me moveu a posicionar-me contra aquela deliberação e contra o anúncio repetido pelo Jornal Folha de S. Paulo, no último sábado.

Gostaria de formular um apelo no sentido de que o Governo, que está dando seus primeiros passos, com uma quinzena de existência, não incorra nesse erro, sem uma discussão sensata, avaliada as questões políticas, avaliada a necessidade da eficácia que o sistema deve aprimorar, mas que não pratique, através da repetição, o mais elementar dos equívocos.

Em 1990 já houve essa tentação, o bom-senso, não o fisiologismo. O bom-senso impediu que tal ocorresse. Há maneiras de aprimorar o desempenho das empresas estaduais de telefonia. Isso deve ocorrer. Mas esse caminho, o da incorporação do menor pelo maior, é negativo para a Federação, para os Estados, com menos expressão populacional, o que não corresponde sempre à menor expressão política ou econômica.

Enfim, é uma equivocada economia de escala, que pode ser obtida com melhores resultados, mediante contratos de gestão, fixação de objetivos, com uma administração moderna, a qual os técnicos do sistema de telecomunicações do Brasil sempre foram e serão sensíveis. Indiscutivelmente, se há um setor da infraestrutura brasileira que teve um progresso extraordinário, nos últimos trinta anos, é o das telecomunicações.

Repito, os técnicos desse setor, que ajudaram o País a crescer significativamente num período relativamente curto, estiveram, estão e estarão dispostos a suprir equívocos gerenciais nem sempre praticados por técnicos do sistema, equívocos políticos que possam ter ocorrido – certamente ocorreram –, mediante formas modernas de gestão que o atual Governo deve procurar adotar e esgotar antes de "embarcar" nessa ilusão da incorporação de empresas telefônicas, como forma de racionalizar a gestão de tão importante sistema.

Eram essas as palavras que gostaria de deixar consignadas. Voltarei ao assunto se a questão voltar a ser focalizada pela imprensa ou pelo próprio Governo, e faço questão de ressaltar que a seriedade que a questão impõe e o dinamismo que o setor exige haverão de determinar muitas outras discussões a respeito do assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Esperidião Amin, o Sr. Jacques Silva deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Chagas Rodrigues, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Magno Bacelar.

O SR. MAGNO BACELAR (PDT-MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o tema abordado pelo nobre Líder que me antecedeu tem sido uma das preocupações que venho demonstrando nesta Casa, ou seja, as inúmeras providências e atitudes que o Governo vem tomando acodadamente, no desejo de tudo realizar em tão pouco tempo, e que faz com que seja até criticado por ainda não ter concretizado nada. Penso que isso está ocorrendo exatamente pelo fato de o Executivo se encontrar confuso em meio ao turbilhão de mudanças a que se comprometeu.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a minha palavra de hoje é com relação à educação. O Ministro da referida Pasta tem feito declarações ora extinguindo vestibulares, ora discutindo sobre bolsas e matrículas, o que é normal nesta época do ano. Após a extinção do Conselho Federal de educação, surge a grande notícia da extinção do vestibular.

Há que se pensar melhor sobre a educação, Sr. Presidente, e analisar o que é possível e viável, a curto prazo. Seria inteiramente impossível implantar tal tipo de acesso ao nível superior, com a extinção do vestibular, quando sabemos que o número de vagas oferecido pelas universidades não chega a um décimo do número de alunos inscritos no 2º grau. Seria mais prático que se reexaminasse a reciclagem de professores e se procurasse pagar melhor o nosso professorado. A despesa com essa classe é muito grande, embora 70% não esteja em sala de aula.

Li na revista *Veja* uma entrevista do nobre Senador Darcy Ribeiro, em que S. Ex^a aponta que as professoras se dizem mal pagas, quando fazem de conta que dão aulas e nada acrescentam à qualidade do nosso ensino. Concordo com S. Ex^a, pela experiência que tenho por ter sido secretário. Entretanto, penso que o lógico e justo seria a reciclagem, melhor remuneração e desligamento daqueles que não se encontram em sala de aula.

Mais estorcedor ainda, Sr. Presidente, é um programa que a Rede Globo lançou e em torno do qual tem feito grande promoção, que é o Telecurso 2.000. Na propaganda, os empresários e os trabalhadores falam a respeito das qualidades e das vantagens de se poder acompanhar o telecurso e de se estudar, cumprindo também com os seus deveres de trabalhador.

Sr. Presidente, quem haveria de aferir a qualidade ou o aproveitamento desse ensino? Nesse caso, não estaria embutido um número imenso de interesses das vendedoras de livros e de apostilas e da própria TV Globo, através dos inúmeros convênios que existem, dos recursos imensuráveis que são gastos através da TV Educativa ou desses custos, se não há uma metodização ou uma maneira de avaliar tal aprendizado?

Sr. Presidente, confesso a V. Ex^a e aos Srs. Senadores que estamos abismados com tantos programas maravilhosos e desejáveis, mas inviáveis para o nosso País neste momento.

Sabemos que, no ano passado, os recursos do FNDE não chegaram aos Estados e aos Municípios. No Maranhão, nem 30% dos municípios receberam esses recursos. Desta tribuna, tive oportunidade de denunciar uma propaganda do Governo, em que se dizia para os municípios que cobrassem dos prefeitos, porque havia dinheiro para a educação. Na realidade, os convênios foram cele-

brados no último dia e fazem parte do pacote de contenção assinado ou segurado pelo Sr. Ministro do Planejamento, José Serra.

Na verdade, teríamos que aplaudir iniciativas desse tipo. Gostaríamos que, ao terminar o 2º grau, o aluno estivesse automaticamente na universidade. Contudo, Sr. Presidente, no dizer de um dos cômicos de um programa humorístico, isso seria na França. No Brasil não há a menor condição de se pleitear tal pretensão antes de se melhorar o nível de ensino, antes de se qualificar os professores, até mesmo porque sabemos que um curso de 2º grau bem feito vale mais do que o diploma emitido por inúmeras faculdades de nosso País.

Há poucos dias, um Senador chamava a atenção para o prestígio das organizações não governamentais, às quais não se tem acesso e não se sabe de onde vem o dinheiro. Assim sendo, seria bom avaliar quanto o Governo despende com esse telecurso, pois temos certeza de que é muito mais incenso do que aproveitamento, qualidade ou melhoria de ensino para os nossos estudantes.

O Sr. Jacques Silva – V. Exª me concede um aparte?

O SR. MAGNO BACELAR – Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Jacques Silva – Ouço, com atenção, o pronunciamento de V. Exª sobre a educação. Assim como V. Exª, fiquei impressionado quando ouvi, há poucos dias, que o Governo estaria suspendendo os convênios celebrados no final do ano, o que ocorreu na área do Ministério de Integração Regional. Houve, inclusive, uma espécie de acusação ao Ministro daquela Pasta, o ilustre Deputado Aluizio Alves, no sentido de que, no último dia, ao apagar das luzes, S. Exª estaria fazendo um verdadeiro festival de convênios e de repasses para a prefeitura, inclusive o FNDE. Como bem ressaltou V. Exª, durante todo o ano, praticamente, não foram repassados os recursos aos Estados e aos Municípios por falta de aprovação do Orçamento. Essa foi a grande desculpa. Aprovamos o Orçamento, que, àquela altura, era insuficiente para atender às necessidades dos ministérios. Ficou-se, portanto, na dependência de uma complementação denominada "jumbão", que foi aqui aprovada para que, notadamente, os Ministérios da Educação, da Integração Regional e do Bem-Estar Social pudessem repassar as verbas já destinadas. É natural que prefeitos, governadores e autoridades corressesem àqueles ministérios para captar os recursos não recebidos. Vejo, com tristeza, que todos aqueles convênios foram ou estão sendo ameaçados de suspensão, mais uma vez, sob a alegação de que faltam os recursos. É lamentável que isso ocorra, principalmente, nessas áreas, quais sejam, educação, saúde, etc. Congratulo-me com V. Exª e faço votos de que o Governo tenha sensibilidade suficiente para não suspender os citados convênios, posto que, a esta altura, é o mínimo que aqueles Municípios dispõem para amenizar um pouco a carência de recursos.

O SR. MAGNO BACELAR – Agradeço a V. Exª o aparte, que vem engrandecer a nossa pretensão de chamar a atenção do Governo para as propostas impossíveis e inviáveis, quando muita coisa que está ao alcance da mão está deixando de ser feita, de ser examinada, nobre Senador.

V. Exª fala do "jumbão", que, no meu entendimento, foi um golpe de força, significou a descontinuidade dos compromissos do Governo anterior, e, sobretudo, mais uma desmoralização para o Congresso. Lembrou bem V. Exª o esforço concentrado, os acordos feitos, inclusive para se assegurar recursos para a educação, antes de aprovarmos o famigerado "jumbão", que transpunha verbas orçamentárias de um orçamento que só foi aprovado no final do ano.

Sobre o Ministério da Integração, eu diria apenas que foi um golpe de força, de desmoralização e de descontinuidade da administração. Mas o que ocorreu ao FNDE chega a ser um crime, nobre Senador. Esses recursos são constitucionais, obrigatórios, e

nós que fazemos política no interior do Brasil, nas áreas mais pobres, sabemos que violência é não termos 20% dos alunos com matrículas asseguradas. E depois de uma propaganda tão incisiva, depois da expectativa criada por uma propaganda que se revelou falsa, enganosa, quantas e quantas famílias não criaram esperanças de, neste ano, ter mais escolas e mais vagas para os seus filhos! E nada disso aconteceu, por um simples gesto, por simples capricho de um novo Ministro, que assumiu comprometido com a continuidade de um Governo que deu certo, que chegou a 88% de popularidade, de aprovação. De repente, põe-se um fim a tudo isso e se abandona principalmente a área da educação, já que, na da saúde – eu também gostaria de registrar –, o Ministro Adib Jatene, com mais experiência, com conhecimento da Pasta, tomou atitudes severas, que viabilizarão ou resgatarão a credibilidade do setor, deixando de permanecer aberto um dique através do qual recursos são levados para as mãos de pessoas inescrupulosas.

Mas, na área da educação, volto a insistir – e era minha preocupação desta tarde –, não se pode praticar um ato de violência, um ato inconstitucional contra as esperanças de tantas crianças, que merecem o nosso respeito e a nossa dedicação para terem dias melhores do que aqueles que vive o povo brasileiro no momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Chagas Rodrigues, Srªs e Srs. Senadores, hoje vou tratar de assunto relacionado a uma proposta que vi ontem publicada, de autoria do ex-Senador Jorge Bornhausen, de que houvesse aqui senadores vitalícios, ex-presidentes da República. Analisarei por que não concordo com tal proposição.

Em relação ao registro efetuado hoje pelo Senador Chagas Rodrigues sobre os primeiros decretos de desapropriação para reforma agrária, eu gostaria de assinalar que no Orçamento de 1995, aprovado pelo Congresso Nacional, as verbas destinadas à reforma agrária são ainda bastante modestas para as necessidades dessa reforma. Referentes aos Títulos da Dívida Agrária há a previsão de 729 milhões de reais no Orçamento, e ao pagamento de benfeitorias, 110 milhões de reais.

Segundo estimativas do Incra e do Movimento dos Sem-Terra, esse montante daria para assentar cerca de 10 mil famílias, o que é relativamente pouco comparado às necessidades e às próprias metas do Presidente Fernando Henrique Cardoso enquanto candidato, porque S. Exª havia proposto, para o primeiro ano, o assentamento de 40 mil famílias.

Há ainda a previsão de 40 milhões de reais para a implantação, e de 44 milhões de reais para a produção. Segundo estimativas do próprio Incra, o adequado seria pelo menos 150 milhões de reais.

Já que, Sr. Presidente e Srªs e Srs. Senadores, o Ministro do Planejamento está considerando a necessidade de cortes no Orçamento, a serem propostos para eventual veto do Presidente Fernando Henrique Cardoso, gostaríamos aqui de ressaltar a importância de que, se o Governo realmente quiser dar prioridade a esta questão, a esta área, eventual corte, eventual veto no Orçamento não recaia sobre tais rubricas, porque elas são modestas.

Gostaria de, complementando o aparte que fiz ao Senador Chagas Rodrigues, dizer da importância da manutenção – se for possível, até do acréscimo – dos recursos relacionados às necessidades de realização da reforma agrária.

Ontem, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os jornais **O Estado de S. Paulo** e **O Globo**, na coluna assinada pelo jornalista

Elio Gaspari, há um comentário sobre a proposta do Presidente do PFL, Jorge Bornhausen, que estaria pretendendo ressuscitar uma velha idéia, a transformação dos ex-presidentes da República em senadores vitalícios, sem direito a voto. Diz ele:

"Ganham tribuna, salário, escritório, motorista, ocupação, não ficam devendo favor a ninguém e, em certos casos, desobrigam-se de produzir formas exóticas de sobrevivência política como a transformação do monogloa Itamar Franco em embaixador, a do maranhense José Sarney em senador pelo Amapá, e a do mineiro Juscelino Kubitschek em senador goiano."

Ora, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, na última semana de dezembro, o assunto da aposentadoria de ex-presidentes foi tratado pelo Senado Federal e foi aprovado que os ex-presidentes que tiverem completado o seu mandato farão jus a uma aposentadoria correspondente à remuneração de presidente, e de maneira vitalícia.

É justo que uma nação procure resguardar aquela pessoa que, tendo sido eleita diretamente pelo povo, tendo cumprido correta e adequadamente o seu mandato, possa ter, posteriormente ao exercício de tão importante missão, uma aposentadoria, de tal maneira que possa estar totalmente imune a quaisquer tipos de pressão ao longo do seu próprio mandato. É importante que tenha a pessoa que exerce a Presidência da República a tranquilidade, a paz de espírito necessária para que, ao longo de sua vida, posteriormente ao exercício de seu mandato, possa exercer atividades e com uma aposentadoria. Essa é a prática que em outros países ocorre.

Entretanto, além de se aprovar aqui essa forma de aposentadoria, considerar essa outra forma de aposentadoria, qual seja, a de se aprovar que ex-presidentes da República possam vir a ser considerados senadores vitalícios, mesmo que sem direito a voto, gostaria de expressar democraticamente a minha discordância sobre tal proposição.

Ainda na semana passada, neste plenário apresentei proposta de que mesmo senadores suplentes cheguem ao Senado através de eleição direta, exatamente, com o intuito de fortalecer essa instituição, tornando-a cada vez mais representativa.

Precisamos lembrar, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que, inclusive, dos nossos ex-presidentes vivos, muitos nem mesmo foram eleitos pela forma direta. Por exemplo, os ex-Presidentes General Ernesto Geisel, General João Figueiredo e o próprio Senador e ex-Presidente José Sarney não foram eleitos diretamente pelo voto popular; foram eleitos indiretamente. Se viéssemos a instituir nesta Casa que ex-presidentes se tornassem senadores vitalícios, também teríamos que examinar qual seria o procedimento relativamente ao ex-Presidente Fernando Collor de Mello, de vez que teve seu mandato interrompido, teve também seus direitos suspensos por 8 anos. Ainda que eleito diretamente, neste caso, ele sofreu o processo de interrupção de seu mandato, de julgamento pelo Senado, então, avalio que não seria a forma adequada de ele chegar ao Senado Federal por meio dessa instituição que visa tornar ex-presidentes em senadores vitalícios.

O que eu gostaria, Sr. Presidente, é de ver esta Casa fortalecida em sua prática e até aguardo, nesta semana, a presença em plenário dos Senadores que estão pretendendo disputar a Presidência do Senado e do Congresso Nacional para convidá-los a um grande debate. O Comitê de Imprensa chegou a formular um convite aos possíveis candidatos, Senadores José Sarney, Pedro Simon e o Senador eleito Iris Rezende, no sentido de exporem a sua plataforma. Penso que isso seria muito positivo. Eu gostaria de ver os candidatos à Presidência do Senado e, portanto, ao Congresso Nacional, exporem publicamente as suas propostas de fortaleci-

mento do Senado Federal, propostas relativas ao funcionamento da Casa, à transparência de tudo aquilo que aqui acontece, demonstração dos gastos desta instituição e de como estabelecermos padrões, inclusive de austeridade, nesta instituição, a fim de que possam se tornar exemplos para o Executivo. Uma instituição que tem o dever constitucional de estar não apenas legislando, mas também fiscalizando o Executivo, precisa dar o exemplo aqui dentro. Padrões relativos ao que fazer com quaisquer de nossos órgãos, seja a Gráfica, seja o Prodasen, seja tudo aquilo que está à nossa disposição, precisa ser utilizado exemplarmente.

Temos, nesta semana, por exemplo, uma decisão de grande responsabilidade, pois o Congresso Nacional deverá examinar o Decreto Legislativo referente à remuneração de deputados, de senadores, de ministros de Estado, do Vice-Presidente e do Presidente da República. Na última sexta-feira, o Presidente Fernando Henrique Cardoso ainda mencionou que gostaria que quaisquer ajustes de vencimentos da Presidência, da Vice-Presidência e dos Ministros sejam moderados.

O que são ajustes moderados? Que padrão vamos adotar? O ajuste proposto pelo Executivo para os servidores federais, da ordem de 22%? O ajuste para o salário mínimo, que ainda não teve uma definição clara por parte do Governo? O Governo que apenas aprovou que houvesse o abono salarial de 15 reais, mas não mencionou se concorda que o salário mínimo passe de 70 reais para 85 ou para 100 reais. O Governo não estabeleceu qual sua proposição.

Relacionado a isso, Sr. Presidente, seria importante que se desse continuidade a um diálogo iniciado nos últimos dias de dezembro, quando o Presidente Itamar Franco, juntamente com os Ministros da Fazenda, Ciro Gomes; da Casa Civil, Henrique Hargreaves; da Previdência, Sérgio Cutolo; do Trabalho, Marcelo Pimentel, recebeu os presidentes das principais centrais de trabalhadores. Nessa ocasião ficou estabelecido que seria formada, a partir daquele dia, uma comissão de representantes das centrais sindicais e do Executivo, para analisar como se daria a recuperação do valor do salário mínimo, a reforma da Previdência – porque uma coisa está relacionada à outra – e ainda a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima.

Essa comissão, que eu saiba, não foi designada, não teve continuidade. Entretanto, os temas serão discutidos nos próximos dias, a definição do salário mínimo será objeto de consideração do Congresso Nacional nesta semana. Qual a remuneração adequada para Presidente, Vice-Presidente, Ministros, Deputados e Senadores? Que parâmetros iremos considerar? Avalio que, se o Congresso Nacional usar padrões muito superiores àqueles considerados para o salário mínimo e para os servidores federais, com relação à remuneração desses postos, estará quebrando qualquer padrão de austeridade que o Governo estiver exigindo para o restante da Nação.

O Sr. Aureo Mello – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Aureo Mello – Senador Eduardo Suplicy, a fala de V. Ex^a, a respeito de ex-Presidentes serem remunerados, trouxe-me à memória, sem qualquer formação de opinião, sem qualquer emissão de ponto de vista, apenas como uma nota explicativa ou adjutória ao discurso de V. Ex^a, o nosso Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, de quem fui muito amigo, muito mesmo, e que foi também meu amigo. Houve uma época, quando estava para terminar o seu mandato, que Juscelino pensou na criação de um Conselho de ex-Presidentes que seria composto por ele, pelo ex-Presidente Venceslau Brás, que estava vivo, pelo ex-Presidente Jânio Quadros e por mais um ou outro. A matéria foi então trazida ao consenso da Câmara e do Senado, e se estabeleceu logo na imprensa uma polêmica enorme, uns contra, outros a favor, uns aproveitando para ofender Juscelino, como era de praxe, e outros para

defendê-lo ardorosamente. E eu, modesto amazonense lá das bandas de Rondônia, tive a honra de ser incumbido, juntamente com os Deputados França Campos e Último de Carvalho, que eram mineiros e de absoluta confiança, e a turma, pejorativamente, dizia que eram da "copa e cozinha" do Juscelino, encarregados de defender o ponto de vista de Juscelino, e defendemos. O Último de Carvalho era um orador fora de série, com grandes tiradas humorísticas. É autor de frases famosas como aquela que, em tempos de revolução, ele deixou de falar; nunca mais falou e o pessoal perguntou por que ele não falava, e ele disse que "papagaio na muda não fala", e outras frases humorísticas como a que ele gostava mais do Rio de Janeiro, porque o Rio de Janeiro era a única cidade que tinha 12km de mulher nua, e por isso ele gostava de lá, e tal e outras coisas. Último de Carvalho fez uma defesa extraordinária; o França Campos, era um erudito, pai da senhora do nosso querido cronista Gilberto Amaral. França Campos, caboclo bom. E eu, também caboclo, fui para a tribuna e defendi esse ponto de vista. A idéia de Juscelino era a criação de um Conselho de ex-Presidentes, tendo assegurada a sua imunidade. A parte financeira não era muito importante. O importante era a garantia da imunidade, porque um ex-Presidente está sujeito a uma série de vinganças, de vendetas e de desautorizações por parte de pessoas que tiveram seus interesses contrariados; amanhã, tais pessoas encontram um ex-Presidente na rua e arrogam-se o direito de lhe dar uma cuspidã, já que o ex-Presidente contrariou os seus interesses e, agora, não representa mais nada, apenas um ex-Presidente. Por exemplo, Filinto Mülter, que dizem ter sido um terrível chefe de polícia, nunca deixou de ter assegurada à porta de sua residência uma guarda armada. Por outro lado, os ex-Governadores sempre receberam uma pensão — não sei se ainda a recebem —, correspondente a uma fração do salário que percebiam quando investidos na titularidade do cargo. Realmente isso é algo que se deve pensar bem, porque nem todos os ex-Presidentes são generais, como é o caso dos ex-Presidentes Ernesto Geisel, João Figueiredo e Emílio Garrastazu Médici. Alguns ex-Presidentes, como o próprio Fernando Collor de Mello, citado por V. Ex^a, são simples paisanos. Durante dois anos e meio, o ex-Presidente Fernando Collor ficou confinado à Casa da Dinda; se saísse às ruas, estaria sujeito a levar um bofetão na cara por parte de um estudante qualquer ou de um funcionário que havia tido os seus interesses contrariados durante o exercício do seu mandato. E já não digo a parte financeira, porque já vi ex-Governadores praticamente pedindo esmola. O velho Ramalho, lá do Amazonas, que foi criador do Acre, o homem que contratou Plácido de Castro para expulsar os bolivianos do Acre, no fim da vida ia pedir doces de graça a um confeitiro que havia na Av. Dalmo Ribeiro, no Amazonas, porque a sua situação financeira estava arrasada. O outro, Bancelar, grande governante do Amazonas também e que até ganhou fama de desonesto, sua mulher necessitava ministrar aulas de piano para garantir os vencimentos do ex-Governador e sua subsistência. Esta é só uma informação. Mas, realmente, o indivíduo que exerceu uma função de alta investidura, de alta nobreza precisa ser preservado. Nós, Senadores e Deputados, temos nosso órgão de defesa, o IPC, que não nos deixa na miséria. Tendo oito anos de mandato e tendo tido, portanto, oportunidade de contrariar dezenas de interesses, temos pelo menos um dinheirinho para garantir a nossa sobrevivência, se não houver outra oportunidade ou outra fonte de renda. Nos Estados Unidos, de onde tive a honra de vir agora, depois de uma belíssima e tranqüila viagem de avião — nove horas de voo lá por cima e eu tranqüilamente lá sentado —, os desempregados têm uma pensão, se não me engano, de seiscentos dólares que dá para se manterem até arranjar emprego, o mesmo ocorrendo com determinados doentes mentais e determinados enfermos de toda a ordem. Como V. Ex^a aborda

este assunto melindrosíssimo a respeito dos ex-Presidentes, fico imaginando que se amanhã o Presidente Fernando Henrique Cardoso sai da Presidência, está se arriscando a levar, na rua, uma ras-teira e uns catiripapos... Se Sua Excelência não tiver guarda perto dele, estará velhinho, e sujeito a tudo isso. É um assunto muito importante e valioso. Defendi o nosso Juscelino Kubitschek e, naquele tempo, havia o rasga-mortalha do Carlos Lacerda na tribuna, com todo aquele estardalhaço e perdemos o debate. O assunto que V. Ex^a está abordando é bastante interessante e muito delicado. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPLICY — Agradeço as reflexões de V. Ex^a, Senador Aureo Mello. Uma coisa é se preservar os ex-Presidentes da República e inclusive conforme aqui foi aprovado, na última semana de dezembro, é de se garantir uma aposentadoria e meios de segurança para os ex-Presidentes. A outra coisa seria introduzi-los, no Senado Federal, como Senadores, mesmo sem direito a votos porque, de alguma maneira, isso desvirtuaria o sentido da Instituição Senado Federal, que é a de representar os Estados da Federação com igual número de representantes por Estado.

Seria importante que tivéssemos, no Senado Federal, representantes eleitos diretamente em cada Estado. Inclusive devemos caminhar mais e mais nessa direção e não na direção de termos Senadores eleitos indiretamente — os "biônicos" — como foram denominados aqueles Senadores que eram escolhidos por indicação do Presidente da República.

Sei que na Alemanha e na Itália há algo desta natureza. Na Itália, os ex-Presidentes se tornam Senadores vitalícios, mas isso é — para um país de onorevole, um país onde as tradições são bem diferentes daquelas que nós aqui queremos desenvolver e preservar.

Assim, avalio que deveríamos pensar noutra forma de assegurar, e esta já foi agora devidamente considerada pelo Senado Federal, no sentido de prover uma aposentadoria aos ex-Presidentes.

Gostaria de assinalar que o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso, durante o seu pronunciamento último como Senador, já Presidente eleito, fez um comentário no sentido de terminar com quaisquer tipos de abusos e de duplicidade de aposentadorias, sobretudo as especiais. Lembro aqui as palavras do próprio Senador Fernando Henrique Cardoso:

"Que autoridade teríamos para mexer na regra geral de aposentadoria por tempo de serviço sem tocar nas aposentadorias especiais de servidores públicos, magistrados, parlamentares, professores? Aposentadorias precoces ou duplicadas graças a repiques de contagens recíprocas ou simultâneas de tempo de serviço têm levado a que a despesa com inativos da União absorva uma parcela crescente de despesa total com pessoal. Isso, aliás, explica, em grande medida, o paradoxo que a despesa com pessoal aumenta enquanto o salário da maioria dos servidores ativos permanece baixo.

A reforma — aqui referindo-se à Previdência — deve se completar, assim, pela instauração de um sistema verdadeiramente universal de previdência pública, garantindo-se que o teto de benefício seja compatível com o autofinanciamento a longo prazo e ainda pelo incentivo à previdência complementar pública ou privada."

Ou seja, aqui o Presidente, ainda Senador, Fernando Henrique Cardoso fazia uma crítica às aposentadorias especiais, à duplicidade. A proposta, tal como colocada pelo Presidente do PFL, representaria uma duplicidade, uma forma de aposentadoria especial.

Mas gostaria de ressaltar um aspecto, qual seja, o da importância dos depoimentos, dos testemunhos de ex-Presidentes da República. Seria muito adequado que a Constituição e o Regimento

Interno do Senado Federal previssem a possibilidade de nós aqui, em qualquer momento que fosse de interesse público, ouvirmos os depoimentos de ex-Presidentes. Parece-me que hoje não existe esta possibilidade, mas deveria ter sido prevista. Hoje, graças à eleição para o Senado, pelo Amapá, do ex-Presidente José Sarney, temos a possibilidade de convivermos com S. Ex^a, de analisarmos as suas palavras e de apartear-lo. José Sarney é um Senador, um Membro da Casa.

Lembro-me que, um dia, talvez em 1991, surgiu uma questão relativa ao episódio da explosão da bomba no Rio-Sul. E eu, como Senador, gostaria de ouvir a palavra, o depoimento do ex-Presidente João Figueiredo, até porque S. Ex^a havia dado uma entrevista muito franca – aliás foi uma conversa andando na praia de Ipanema – na qual ele falou algumas coisas sobre aquele episódio. Como Senador, senti vontade ouvi-lo e propus que aqui nós o chamássemos. Foi dito a mim que o Regimento ou a Constituição não previa que o Senado pudesse convidar um ex-Presidente para ser ouvido.

Ora, gostaria de propor uma alteração à norma regimental no que diz respeito a esse assunto. Que introduzíssemos, sim, no Regimento Interno e na própria Constituição a possibilidade de o Senado Federal ouvir ex-Presidentes. Se não se julgar conveniente que eles sejam convocados, pelo menos poderíamos convidá-los. E havendo anuência do ex-Presidente, havendo interesse dele em trazer seu depoimento para o Congresso, para o Senado Federal, obviamente seria relevante, seria importante termos a oportunidade de enriquecedora de ouvirmos esses depoimentos históricos.

O Sr. Joaquim Beato – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Ouço o nobre Senador Joaquim Beato, com muita honra.

O Sr. Joaquim Beato – Nobre Senador Suplicy, já foi dito que o assunto que está sendo debatido a respeito da aposentadoria dos ex-Presidentes da República é muito complexo. V. Ex^a quer dar um toque ao assunto, em que a questão deixou de ser o destino pessoal do ex-mandatário, para tratar mais do interesse, digamos do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, da própria Nação em ter essas pessoas como patrimônio público, pela experiência, pela vivência, por tudo que conseguiram realizar como os mais altos mandatários do País. Parece que esse é o enfoque necessário; não é premiar uma pessoa que já foi Presidente da República, porque, nesse caso, teríamos que fazer a isonomia. E as pessoas que já foram Presidentes do Senado? E as que foram Presidentes da Câmara Federal? E as que foram Presidentes do Supremo Tribunal Federal? Então, é preciso realmente pensar-se no que interessa mais à Nação: a experiência, a vivência, a competência de homens que tiveram o mais alto cargo nacional. Ou seja, quanto vale para a Nação a experiência deles. Se começarmos a transformar um ex-membro do Executivo num membro do Legislativo, estaremos – como V. Ex^a diz – desfigurando o propósito constitucional do Legislativo. Se pensarmos no inverso, a transformação de um competente ex-Presidente do Senado num Vice-Presidente da República, de certa maneira bionicamente, seria quase o mesmo tipo de falta de lógica, de certo *non sequitur*. Se quisermos aproveitar a experiência que esses grandes mandatários adquiriram na Presidência da República, é preciso aproveitá-los em função do interesse que a Nação possa ter na sua experiência e não no interesse que se possa ter no seu destino individual. E teremos que pagar por isso. Seria mais coerente que eles passassem a organizar um conselho de ex-Presidentes, que estivesse à disposição dos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, quando necessário. Não se trata de premiar os indivíduos, mas fazer-se um bom uso do patrimônio público que eles representam pela experiência de vida. Estou plenamente de acordo com V. Ex^a que seria desfigurar o Legis-

lativo, o Senado, se premiarmos para uma sinecura, como Senadores, as pessoas que foram, em algum tempo, os mais altos mandatários da Nação.

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Agradeço, Senador Joaquim Beato, o bem colocado aparte de V. Ex^a que me fez lembrar de um outro aspecto da questão.

Imagine se for dado o direito de ex-Presidentes serem Senadores e, de repente, esses ex-Presidentes não quiserem vir aqui. Passam a ter todas as facilidades, a remuneração como Senadores, mas não vão querer estar aqui e até porque, em função de suas responsabilidades como ex-Chefes de Estado, têm muitas outras obrigações.

O próprio ex-Presidente José Sarney, por vezes, tem tantos compromissos por ter sido Presidente da República, inclusive convites para ir para o exterior, que fica com dificuldades para cumprir suas responsabilidades constitucionais de Senador.

O Sr. Aureo Mello – V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Tem V. Ex^a a palavra.

O Sr. Aureo Mello – Pelo próprio aparte do Senador Joaquim Beato vemos que isso fortalece mais a idéia da criação do conselho de ex-presidentes. O Conselho de ex-Presidentes poderia ser remunerado facultativamente, isto é, o Presidente que quisesse poderia ser remunerado, o que não quisesse não o seria, conforme as suas posses. Esse Conselho serviria, principalmente, ao Poder Executivo. O Presidente da República iria abeberar-se na experiência desses que, durante quatro ou seis anos, governaram a Nação, perguntando-lhes como agir em certas circunstâncias. Quem lucraria seria a Nação. Foi apresentada alguma proposta nesse sentido?

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Sim, por parte do Presidente do PFL, registrada ontem na coluna do Elio Gaspari, nos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. O Presidente do PFL pretende quebrar esse dilema, ressuscitando uma idéia velha: a transformação de ex-Presidentes em Senadores vitalícios sem direito a voto. Aqui está registrado.

O Sr. Aureo Mello – Mas ainda não apresentou projeto nenhum nesse sentido.

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Aliás, S. Ex^a, que foi eleito Senador, mas ainda não tomou posse, está propondo isso. Por essa razão, avaliei fosse importante fazer uma reflexão sobre o assunto.

O Sr. Aureo Mello – Se apresentado o projeto, caber-nos-ia, inclusive, emendá-lo: em vez de serem Senadores vitalícios, seriam membros vitalícios de um conselho de ex-Presidentes, para assessorar não somente o Executivo como o próprio Legislativo, se se fizesse necessário, e teriam um pró-labore que poderia ser adequado, além das garantias de segurança, que julgo imprescindíveis para quem exerceu a Presidência da República ou a chefia de Executivo. Juscelino sonhava com a idéia desse conselho. Não tendo conseguido que ele fosse criado, candidatou-se a Senador para garantir-se.

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Sim, a idéia de um conselho seria diferente. Avalio que essa proposta, pelo menos na forma aqui apresentada, não seria adequada, porque eu gostaria de ver o Senado Federal mais fortalecido e com uma representação resultante de eleição direta.

O Sr. Jacques Silva – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Concedo o aparte a V. Ex^a

O Sr. Jacques Silva – Como disse V. Ex^a, apenas para reflexão. No seu pronunciamento, entre outros assuntos, V. Ex^a falou sobre o aumento dos Parlamentares para a próxima legislatura; sobre o aumento do salário mínimo, que, em vez de ficar em torno

de R\$85,00, poderia chegar a R\$100,00 – com o que concordo. Eu gostaria, também para reflexão, Senador Eduardo Suplicy, de externar aqui o meu ponto de vista contrário ao desatrelamento do salário dos servidores públicos do salário dos parlamentares. Eles já ganham muito pouco e vão ficar pior ainda, se lhes tirarem a possibilidade de ter aumento nos mesmos índices e na mesma data dos parlamentares, que, em regra, são os que fazem e votam as leis. Li nos jornais que o decreto legislativo que trata do aumento dos parlamentares para a próxima Legislatura estaria desatrelando o aumento dos servidores públicos do aumento dos parlamentares. Isso me deixa, até certo ponto, preocupado, porque, aí sim, praticamente acabará o salário dos servidores públicos. Para refletir, gostaria que o Governo revisse essa posição e deixasse o aumento do salário dos funcionários atrelado ao dos parlamentares.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Se o salário dos parlamentares deve estar atrelado ao dos servidores públicos, não seria adequado haver agora um ajuste da remuneração dos Deputados e Senadores muito diferente daquele definido para os servidores públicos federais. Espero que o Congresso decida responsabilmente sobre essa questão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO (PRN – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realmente a política atual, como lembra muito bem o Senador Jacques Silva, está merecendo um belo *pot-pourri*. O Brasil está no início de uma estrada diferente e surpreendente.

Já tive oportunidade de dizer inúmeras vezes, desta tribuna, que fui grande amigo do pai do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o bravo General Leônidas Cardoso. Nesse tempo, era o PTB que rugia aqui, enfrentando as cuteladas do tigre da UDN, não menos rugidor, que era o famoso Carlos Lacerda. Ficávamos à esquerda da tribuna, e a banda de música da UDN ficava ali na frente, com os seus paredros e intelectuais. O Lacerda, feroz, lá daquela tribuna, dizia desaforos e horrores direitistas contra os nossos pontos de vista esquerdistas, ou pré-esquerdistas, ou pré-socialistas ou simplesmente trabalhistas, como era o meu caso.

O meu querido amigo General Leônidas Cardoso, meu conselheiro, ao lado de Felicíssimo Cardoso, de Abgvar Bastos, de Aarão Steinbruch, era o presidente; junto comigo, pertencida à Liga de Emancipação Nacional, um organismo nacionalista radical. Nós exigíamos o cumprimento das teses nacionalistas verdadeiras, como a nacionalização do petróleo, o direito da Eletrobrás de ser mantida pela União e a expulsão de qualquer idéia concorrente à aplicação de capital estrangeiro em nosso País, para que não fosse feita a remessa de lucros para o exterior e, sim, criada a indústria nacional, mesmo que depois fosse preciso nacionalizá-la, como eram as teses da nossa Frente Parlamentar Nacionalista.

Juscelino, embora nosso amigo, houve por bem cassar o registro da Frente Parlamentar Nacionalista, considerando-a órgão comunista. Assim, o General Leônidas Cardoso, Aureo Mello, Aarão Steinbruch, o caboclo Abgvar Bastos e o General Cardoso, irmão do General Leônidas, foram cassados. Quero dizer, também a nossa Frente foi cassada e extinta, sob a alegação de que era comunista, quando não o era; a nossa Frente era apenas uma Frente Parlamentar Nacionalista.

Mas, Sr. Presidente, justamente por isso, pensei que o início do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso fosse inspirado nas teses do General Leônidas Pires, teses socialistas voltadas para os pobres, para os humildes, para a economia de despesas desnecessárias. No entanto, houve o Baile da República, com cerca de seis mil pessoas vestidas com o seu melhor aparato, dentre as quais situava-se este modesto amigo, que comprou um *smoking*

em Nova Iorque. Estávamos no Itamaraty, ao brilho das luzes maravilhosas daquela Casa, desfrutando dos biscoitos e das delícias que lá foram servidos – se não me engano, algumas dessas iguarias vieram da Bahia, por sugestão do nobre Senador Josaphat Marinho.

Mas não é sobre isso que quero falar. O *pot-pourri* de que fala o Senador Jacques Silva não atingirá esse aspecto. Quero falar – e peço a atenção dos meus eminentes Pares – sobre aquela fantasmagoria radialística e televisiva, aquela assombração videofônica que surgiu dias atrás nas televisões brasileiras. Foi o mesmo que aconteceu com o Ministro Rubens Ricupero, que acabou, por isso, sendo afastado da função elevadíssima de Ministro da Fazenda. Dessa vez, a coisa aconteceu com o jornalista Carlos Chagas, que estava ao lado do valetudinário e provecto Deputado Francisco Dornelles. Os dois estavam conversando sobre uma história de apartamentos que foram vendidos a preço de banana (sic) aos Srs. Ministros do Supremo Tribunal Federal e que apenas o Sr. Ministro Néri da Silveira se havia recusado a aceitar tal apartamento a preços módicos, enquanto o Ministro Paulo Brossard seria, segundo a asseveração dos fantasmagóricos personagens da televisão, um daqueles que mais apressadamente trataram de abiscoitar a compra do imóvel. Em princípio, não sou contra essa história de o Ministro ganhar o seu imóvel funcional. Pelo contrário, acho que quem quer ter democracia, com seus poderes constituídos, tem que pagar. E não só o Ministro, como também os Parlamentares, deveriam ter esse direito; mas estes são muito numerosos e não tiveram esse privilégio.

Segundo aquele fantasma televisivo, os Ministros compraram os seus apartamentos. Pessoalmente, não sou contra isso. Oponho-me ao fato de essa história vir a aparecer não através de uma crítica normal e democrática num programa de televisão frontal, mas, sim, numa crítica de televisão fantasmagórica, no tal canal de televisão direta, se não me engano – uma coisa eletrônica que surgiu agora. Lá, o jornalista teceu essas considerações, acolitado pelo provecto Sr. Deputado Francisco Dornelles, um dos mais votados no Rio de Janeiro.

O jornalista ainda é bastante moço. Na cabeça de um jovem pode passar tanta coisa; depois, vem o arrependimento, mas pode-se atribuir isso a erros de juventude. Mas, na cabeça do Deputado Francisco Dornelles, passar uma crítica dessa envergadura, um homem com uma enorme experiência de Ministro, uma figura, por assim dizer, provecta e monumental da República? Isso é que me deixou bastante chocado e surpreendido. Mas eu vi. Eu estava em frente à minha televisão, uma antena parabólica entrou na raia e trouxe os dois, com esse comentário desancando o pobre do Supremo Tribunal Federal e os seus inermes e inocentes Magistrados, que desfrutaram o direito de residir. Apesar da negativa do Sr. Néri da Silveira, assoalhada pelo jornalista Carlos Chagas na ocasião, não sou absolutamente contrário a essa idéia de que se atribua aos magistrados o ninho competente para que possam proferir as suas sentenças. É justo. Quem quer democracia tem que pagar bem, porque é um investimento salutar que depois redunda em vantagens maravilhosas que, na ditadura, não se colhem, que na ditadura não se encontram; déficit e demérito são o que aparecem nas ditaduras.

Sr. Presidente, quero aqui manifestar a minha estranheza que a antena parabólica tenha trazido esses dois comentários e, especialmente, ao nobre, culto, brilhante, erudito, científico, econômico, matematicíssimo, financeiríssimo Deputado Francisco Dornelles. Por favor, Deputado Dornelles, não se associe a xingações ao Supremo Tribunal Federal, porque aí não terá a nossa aprovação.

Era esse o final escaravelhano do meu *pot-pourri*, mon-

seu Senador Jacques Silva, que eu desejava formular neste final de sessão. Realmente, foi uma coisa estapafúrdia. Não sei se V. Ex.^{as} assistiram, mas aquilo me deixou pensando seriamente que o jornalista Carlos Chagas iria acabar recebendo uma embaixada em Roma, ou, quem sabe, o Sr. Dornelles.

O Sr. Jacques Silva – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. AUREO MELLO – Concedo o aparte a V. Ex.^a.

O Sr. Jacques Silva – Senador Aureo Mello, eu não assisti àquelas inconfidências parabólicas do jornalista Carlos Chagas, mas um amigo meu assistiu e me contou. E, logo em seguida, eu ouvi o próprio Carlos Chagas, numa preparação, comentar o fato. Fui ler depois. Achei muito mais grave do que as inconfidências parabólicas do Sr. Rubens Ricupero. No entanto, a repercussão foi nenhuma.

O SR. AUREO MELLO – Mas ele é jornalista.

O Sr. Jacques Silva – É aí que quero chegar. Então, aí entrou o *esprit de corps*, o que é normal. Os colegas abafaram. Fosse um Senador que tivesse caído na besteira de ser apanhado pelas parabólicas, este Congresso já teria ido por água abaixo.

O SR. AUREO MELLO – Seria manchete em todos os jornais.

O Sr. Jacques Silva – No entanto, como foi um ilustre colega, nada se comentou. Mas aquela inconfidência foi muito grave.

O SR. AUREO MELLO – Muito obrigado.

Termino estas palavras, desejando que as parabólicas, talvez movidas por espíritos de parlamentares já mortos, ou de jornalistas que já se foram, não venham mais fazer essas assombrações nas nossas televisões. Quem sabe não são eles, com aquele poder eletrônico que têm os falecidos, que empurraram a imagem e a voz do jornalista e do Deputado para os lares que assistiam televisão àquela hora e fizeram com que esse comentário tão privado, tão intramuros, tão interno, chegasse a desabrochar, como uma papoula radiofônica, às nossas humildes antenas parabólicas que são as orelhas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jacques Silva.

O SR. JACQUES SILVA (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.^s e Srs. Senadores, já no dia seguinte à posse dos Ministros que compõem o Governo Fernando Henrique Cardoso, os jornais que enfocaram a assunção do Deputado Nelson Jobim ao Ministério da Justiça davam conta de uma conversa que o novo Ministro teve, na sede da Embaixada norte-americana em Brasília, com a senhora Janet Reno, Secretária de Justiça daquele país. Nesse encontro, segundo o próprio Ministro Nelson Jobim, trataram especialmente de uma estratégia para "cooperação visando detectar e combater a lavagem de dinheiro do narcotráfico no Brasil".

Trataram ainda, o Ministro brasileiro da Justiça e a Secretária norte-americana, da necessidade de se integrarem os esforços de todos os países do continente no sentido de uma repressão mais efetiva ao tráfico de drogas. O Ministro Nelson Jobim enfatizou seu ponto de vista sobre a importância de se dar um tratamento penal diferenciado para os traficantes e para os viciados, ou seja, um tratamento bem mais suave para os segundos porque estes são, na verdade, escravos dos primeiros.

A conversa entre a Secretária estadunidense e o novo titular da Pasta da Justiça – já no dia da posse – mostra a importância que ocupam em nossos dias as questões referentes ao narcotráfico. Os jornais afirmam que essa é hoje a segunda maior atividade em termos de movimentação de dinheiro no mundo, perdendo apenas para a venda de armas. É uma indústria rentável porém macabra, porque destrói milhares de seres humanos, tornando-os inadaptados

para o trabalho, para a vida em sociedade, para o convívio social. Destruí milhares de jovens em todos os países, acorrentando-os aos traficantes, fazendo com que muitos deles acabem ingressando no mundo da contravenção e do crime a fim de poderem sustentar esse nefando vício.

O consumo de drogas é hoje um dos maiores percalços da humanidade, um problema que cada vez mais se aprofunda também em nosso País. Na verdade, os grandes mercados consumidores são os Estados Unidos e a Europa Central, mas o Brasil é agora o principal corredor para a droga que se dirige a esses mercados. O *Correio Braziliense*, em matéria publicada no dia dezanove de dezembro passado, reproduz pronunciamento de um delegado da Polícia Federal, segundo o qual: "o tráfico de cocaína está em franco progresso e o Brasil é a principal rota de trânsito dos cartéis colombianos".

Ora, na medida em que o território nacional é passagem, é óbvio que cada vez maiores quantidades de entorpecentes ficam por aqui mesmo, ampliando o mercado interno. Só para se ter uma idéia ligeira dos recursos com que gira essa macabra indústria, basta citar o que diz o jornal *O Estado de S. Paulo* na notícia publicada em vinte e sete de novembro do ano passado, sob o título "Tráfico lava um bilhão de dólares por ano". Diz a reportagem:

"Os narcotraficantes brasileiros enviam para o exterior um bilhão de dólares por ano – volume de dinheiro superior a todo o investimento externo que entra no País por ano (oitocentos e setenta e sete milhões de dólares). Eles representam a terceira maior fonte de remessas ilegais. Em volume, estão atrás dos sonegadores e dos corruptos, mas ganham das sobras de campanha, do jogo do bicho, do tráfico de armas e de outras contravenções".

Atualmente, por exemplo, estamos assistindo à monumental operação montada pelo Exército no Rio de Janeiro para acabar com os verdadeiros enclaves de poder que os traficantes constituíram nos morros que circundam a cidade. Como se sabe, grupos de traficantes ali se instalaram e passaram a controlar a vida dos moradores, seja atemorizando-os mediante o uso da violência, seja cooptando-os em troca de pequenos serviços que estes não recebem do Estado falido.

A questão da droga é hoje, repito, um dos principais problemas mundiais, e é um problema especial para nós, porque nele o Brasil está imiscuído.

Dentro dessa vastíssima polêmica quero neste meu discurso abordar fundamentalmente um ponto. Estou aqui para defender a necessidade de uma incorporação mais rápida ao patrimônio da Polícia Federal dos bens – em especial automóveis, caminhões e aviões – que são recolhidos nas operações policiais, como aliás ocorre em outros países.

Como se sabe, tais veículos só são efetivamente repassados à Polícia Federal depois que a sentença condenando os traficantes é pronunciada. E isso sempre demora bastante no Brasil. Assim, hoje em dia, temos talvez centenas de carros, barcos e aviões que estão se deteriorando porque não podem ser usados pelos policiais nas suas missões, tão freqüentemente exitosas. Ora, qualquer um sabe que sempre é muito mais caro recuperar um barco ou um avião sucateado por falta de uso do que, por exemplo, comprar um veículo novo.

Por falar em êxitos da Polícia Federal, é interessante registrar aqui que, a cada ano, vem crescendo a quantidade de cocaína apreendida em nosso País, fato que demonstra tanto a eficiência de nossos policiais como também a audácia dos traficantes. Os números são impressionantes.

Vejam. Em 1990, foram apreendidas pouco mais de duas

toneladas e meia de cocaína. No ano seguinte, o total chegou a três mil e setecentos quilogramas. Caiu para dois mil e duzentos em 1992. Cresceu exponencialmente em 1993, chegando a sete mil e duzentos quilogramas. Finalmente, alcançou a onze toneladas e meia no ano passado.

Antes, porém de detalhar esse ponto que me interessa – a incorporação à Polícia Federal de bens apreendidos dos traficantes –, acho necessário tecer alguns comentários sobre a questão macro – o narcotráfico – a fim de que fique bem clara a necessidade e a urgência do que estou aqui defendendo.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a questão do consumo de drogas é bastante antiga. É algo tão danoso e ao mesmo tempo tão rentável que chegou a gerar conflitos armados, como foi o caso da chamada Guerra do Ópio, entre Inglaterra e China.

Em artigo publicado na edição de vinte e sete de novembro de 1994 do *Jornal de Brasília* diz o Desembargador Osny Duarte Pereira:

"O ópio era a mercadoria, produzida na Índia e no sul da Ásia, que os comerciantes ingleses utilizaram como isca para impor a preferência por seus produtos aos lojistas chineses importadores. O ópio amolecia, corrompia, gerava enormes fortunas da noite para o dia e facilitava a dominação política."

Hoje em dia, o tráfico de drogas continua corrompendo. Há fortes indícios de que esteja infiltrado nas instituições de muitos dos países latino-americanos. Leva milhares de homens ao desespero e à morte. Transforma outros tantos em ladrões e assassinos. Escravidão desde a mais tenra idade.

Além disso, não há dúvida que boa parte do aumento da criminalidade – que se verifica em países como Estados Unidos e Brasil – está intrinsecamente ligada à venda e ao uso de entorpecentes.

E também se transformou num problema político internacional, porque cria tensão entre os Estados Unidos, principal consumidor, e os países onde as drogas, em especial a cocaína, são produzidas. Portanto, medidas para combater o narcotráfico terão de ser tomadas em conjunto por os países envolvidos, sejam consumidores ou produtores.

Infelizmente, o Brasil não tem uma política consistente para enfrentar o problema das drogas. O que temos são ações isoladas que abarcam apenas uns poucos aspectos do problema. Essas ações precisam vir a ser unificadas. Penso também que, além do Governo, a sociedade brasileira não têm uma visão mais ampla dessa tragédia. Estamos quase que confinados à hipótese da repressão ao tráfico – aspecto importante mas não o único.

Precisamos estabelecer uma linha coerente, ampla, de atuação política. Temos, sim, que manter nosso trabalho de repressão, desenvolvido com grande eficiência pela Polícia Federal. Mas é necessário também desenvolver campanhas de esclarecimento para proteger nossos jovens. Precisamos de uma legislação moderna que trate com benevolência aqueles que são apenas vítimas – os viciados –, e com extremo rigor os traficantes. Devemos desenvolver mecanismos mais seguros para coibir a lavagem de narcodólares. E poderíamos até buscar uma saída para os agricultores que plantam maconha no Brasil, a fim de que tenham condições de trabalhar com outros produtos que lhes proporcionem a sobrevivência sem precisar se submeterem aos traficantes.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, dentro apenas do item relativo à repressão, eu gostaria de acrescentar minhas idéias sobre a necessidade de darmos melhores condições materiais para o combate efetivo às quadrilhas internacionais que hoje usam nosso imenso território como ponto de passagem para carregamentos que

demandam os Estados Unidos, a Europa e o Japão.

No seu número mais recente, o jornal *Polícia Federal*, editado pelo Departamento de Polícia Federal, traz reportagem sobre a Divisão de Repressão a Entorpecentes – DRE. Segundo o jornal, a atuação da DRE vem sendo marcada "pelas grandes apreensões, resultado de um trabalho organizado e eficiente da Divisão com suas congêneres regionais somado ao esforço, idealismo e competência dos policiais e demais servidores que trabalham na área"

Na linha do que aqui estamos propondo, diz o mencionado jornal:

"A partir de uma visão moderna e capitalista de seus dirigentes, que impõem ao setor um cunho empresarial, a DRE aprimora-se cada vez mais nos métodos de combate ao crime organizado, visando a maior apreensão de bens e valores que, confiscados, quarenta por cento retornam ao DPF como fonte de recursos para combate ao tráfico. Nesse sentido, a área de inteligência vem sendo priorizada principalmente nos procedimentos de investigação financeira a fim de municiar o juiz dos dados necessários para o confisco de bens e valores utilizados pelo tráfico."

É justamente isso que desejamos – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores: que tais bens e valores sejam logo incorporados à Polícia Federal para que possam ser usados no combate ao crime.

Diz o jornal *O Estado de S. Paulo* na mesma reportagem do dia vinte e sete de novembro, citada anteriormente:

"Nos Estados Unidos, todo o dinheiro confiscado é revertido para a instituição policial, que o reaplica em modernização e ampliação de sua estrutura contra o crime organizado."

Sobre esse assunto, acrescenta o delegado Getúlio Bezerra dos Santos, titular da Divisão de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal:

"O combate ao narcotráfico dá lucro lá, e nós precisamos ter a mesma visão capitalista de atuação."

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, encerro este pronunciamento pedindo às autoridades brasileiras que se empenhem no sentido de agilizar o cumprimento das diversas leis que concedem à Polícia Federal o uso dos bens apreendidos no combate ao narcotráfico. Sem meios modernos, sem recursos fartos, sem pessoal bem treinado, certamente estaremos condenados a perder a luta contra esses traficantes que, como todos sabemos, giram com cifras astronômicas que lhes permitem comprar os melhores aviões e barcas, as armas mais modernas e, até mesmo, corromper autoridades em todo o mundo.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Aureo Mello – Gilberto Miranda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário.

São lidos os seguintes

**GABINETE DA LIDERANÇA DO
BLOCO PARLAMENTAR PFL/PSC**

Ofício nº 155-L-BL-PARL/95

Brasília, 11 de janeiro de 1995

Senhor Presidente,

Comunico a V. Ex^a que o Deputado DARCY COELHO

deixa de fazer parte, na condição de Membro Suplente, da Medida Provisória 771, de 20 de dezembro de 1994, que "Altera o art. 5º da Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989, que dispõe sobre a remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional".

Outrossim indico para a referida vaga o Deputado JOSÉ JORGE.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.

Ofício nº 156-L-BL-PARL/95

Brasília, 11 de janeiro de 1995

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que o Deputado DARCY COELHO deixa de fazer parte, na condição de Membro Suplente da Medida Provisória 777, de 20 de dezembro de 1994, que "Organiza e disciplina os Sistemas de Controle Interno e de Planejamento e de Orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências".

Outrossim indico para a referida vaga o Deputado JOSÉ JORGE.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.

Ofício nº 157-L-BL-PARL/95

Brasília, 11 de janeiro de 1995

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que o Deputado DARCY COELHO deixa de fazer parte, na condição de Membro Suplente, da Medida Provisória 789, de 29 de dezembro de 1994, que "Dispõe sobre venda de veículos populares".

Outrossim indico para a referida vaga o Deputado JOSÉ JORGE.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.

Ofício Nº 158-L-BL-PARL/95

Brasília, 11 de janeiro de 1995

Senhor Presidente,

Comunico a V. EXª que o Deputado DARCY COELHO deixa de fazer parte, na condição de Membro Suplente, da Medida Provisória 781, de 23 de dezembro de 1994, que "Dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o programa de integração Social – PIS, devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o parágrafo 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

Outrossim indico para a referida vaga o Deputado AROL-DE DE OLIVEIRA.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.

Ofício nº 159-L-PARL/95

Brasília, 11 de janeiro de 1995

Senhor Presidente,

Comunico a V. Exª que o Deputado DARCY COELHO deixa de fazer parte, na condição de Membro Suplente, da Medida Provisória 802, de 30 de dezembro de 1994, que "Institui a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras

providências".

Outrossim indico para a referida vaga o Deputado AROL-DE DE OLIVEIRA.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exª os protestos do meu elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Luís Eduardo**, Líder do Bloco Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 52, DE 1995

Requeiro, nos termos dos arts. 50, § 2º, da Constituição Federal, 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Administração Federal da Presidência da República, as seguintes informações:

1. qual o número total de servidores (quadro efetivo, suplementar, cedidos/contratados por outros órgãos, cargos/funções de confiança, etc.) por cada Ministério;
2. do total geral de servidores, por Ministério, quantos estão em exercício no Estado do Rio de Janeiro?
3. do quantitativo informado, com exercício no Estado do Rio de Janeiro, quantos servidores ocupam cargos/função de confiança (especificar o número e o nível, pelos totais)
4. quais os órgãos vinculados, por cada Ministério (administração direta, indireta, institutos, fundações, etc.), e seus respectivos quantitativos de servidores, especificando o número dos que estão localizados no Estado do Rio de Janeiro? (Exemplo: Ministério da Educação e Desporto/Fundação Roquete Pinto/número total de servidores/servidores em exercício no Rio de Janeiro).

Justificação

O Executivo, com as novas medidas de reforma administrativa já em vigor e algumas também anunciadas, deverá ter uma nova composição em seus quadros funcionais. Com vistas ao conhecimento do quantitativo de servidores lotados em cada Ministério, e mais, daqueles "em exercício" no Estado do Rio de Janeiro, o Legislativo espera ter uma visão de conjunto do universo de funcionários federais, com a especificidade desejada.

Estas as razões que nos levaram a solicitar os esclarecimentos ora alinhados.

Sala das Sessões, 16 de janeiro de 1995. – Senador **Gilberto Miranda Batista**.

(À Comissão Diretora.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

A Presidência dispensa, na presente sessão, o período destinado à Ordem do Dia, nos termos do art. 174 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão ordinária de amanhã, às 14h30min, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo

nº 48, de 1993 (nº 264/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Jornal do Brasil Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, Relator: Senador Áureo Mello, em substituição à Comissão de Educação:

-1º pronunciamento: favorável ao projeto;

-2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 2 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 49, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 1993 (nº 273/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Litoral Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Osório, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

-1º pronunciamento: Relator: Senador Amir Lando, favorável ao projeto;

-2º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 3 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 50, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 50, de 1993 (nº 277/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida ao Sistema Nova Era de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Borrazópolis, Estado do Paraná, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador José Eduardo, em substituição à Comissão de Educação.

- 4 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 52, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 52, de 1993 (nº 246/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Grande Lago Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação:

-1º pronunciamento: Relator: Senador Ney Maranhão;

-2º pronunciamento: Relator: Senador Affonso Camargo, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 5 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 55, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 55, de 1993 (nº 267/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Paquetá Empreendimentos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Floriano, Estado do Piauí, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Educação.

- 6 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 7, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 7, de 1994 (nº 308/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a outorga deferida à Rádio Cultura de Timbó Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação.

- 7 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 9, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1994 (nº 301/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e TV Tapajós Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Santarém, Estado do Pará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

- 8 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 10, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 10, de 1994 (nº 297/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Pe. Urbano Thiesen para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Novo Hamburgo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Educação.

-1º pronunciamento: Relator: Senador João França, favorável ao projeto;

-2º pronunciamento: Relator: Senador Meira Filho, pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 9 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 1994 (nº 265/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à S.A. Rádio Verdes Mares, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Dirceu Carneiro, em substituição à Comissão de Educação.

- 10 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1994 (nº 319/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural Cruzeiro do Sul para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modu-

lada na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, tendo

Pareceres favoráveis, proferidos em Plenário, Relator: Senador Meira Filho, em substituição à Comissão de Educação:

-1º pronunciamento: favorável ao projeto;

-2º pronunciamento: pela regularidade dos atos e procedimentos concernentes à proposição.

- 11 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1994 (nº 252/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

- 12 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 19, de 1994 (nº 254/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Carlos Patrocínio, em substituição à Comissão de Educação.

- 13 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 23, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 1994 (nº 327/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Montanhês de Botelhos Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Henrique Almeida, em substituição à Comissão de Educação.

- 14 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 24, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 1994 (nº 328/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Lucídio Portella, em substituição à Comissão de Educação.

- 15 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 62, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 62, de 1993 (nº 268/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Vila Real Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em

onda média na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 16 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 64, DE 1993

(Em regime de urgência, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 1993 (nº 275/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Emissora Paranaense S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), na cidade de Londrina, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 17 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 69, DE 1993

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 69, de 1993 (nº 313/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Mariana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 18 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 8, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 8, de 1994 (nº 303/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cultura de Paulo Afonso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paulo Afonso, Estado da Bahia. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 19 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 20, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1994 (nº 266/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Nova Terra de Radiodifusão Ltda. atualmente denominada Rede Fênix de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 20 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 21, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do

art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 21, de 1994 (nº 292/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão da FM Rádio Independente de Arcoverde Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arcoverde, Estado de Pernambuco. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 21 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 26, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do

art. 375, VIII, parágrafo único, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislati-

vo nº 26, de 1994 (nº 344/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Campos Dourados FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Medianeira, Estado do Paraná. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 22 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 39, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 375, VIII, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 39, de 1994 (nº 296/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Serra Negra FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alterosa, Estado de Minas Gerais. (Dependendo de parecer da Comissão de Educação.)

- 23 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 45, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 45, de 1994 (nº 222/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Josaphat Marinho, em substituição à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

- 24 -

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 1990
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 179, de 1990 (nº 202/91, naquela Casa), de autoria do Senador Fernando Henrique Cardoso, que dispõe sobre o regime de prestação de serviços públicos pela iniciativa privada, previsto no art. 175 da Constituição, e regula a concessão de obra pública, tendo

- Parecer proferido em Plenário, Relator: Senador José Fogaça, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, favorável ao Substitutivo da Câmara, com requerimentos que apresenta.

(Dependendo de parecer da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

- 25 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 117, DE 1994
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 1994 (nº 4.151/93, na Casa de origem), que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.

(Dependendo de pareceres das Comissões de Assuntos Sociais e de Serviços de Infra-Estrutura.)

- 26 -

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 90, DE 1994 COMPLEMENTAR
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 90, de 1994-Complementar, de autoria do Senador Ney Maranhão,

que acrescenta dispositivo ao Código Eleitoral, a fim de permitir a ação rescisória em casos de inelegibilidade.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

- 27 -

OFÍCIO Nº S/72, DE 1994
(Em regime de urgência, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno)

Ofício nº S/72, de 1994, do Senhor Presidente do Banco Central, encaminhando ao Senado Federal solicitação do Governo do Estado de São Paulo, relativa ao pedido de emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTP, destinadas à liquidação de precatórios judiciais. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

- 28 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 122, DE 1993
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 94, de 1994.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 122, de 1993, de autoria do Senador Marco Maciel, que cria a Comissão de Ciência e Tecnologia. (Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.)

- 29 -

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 94, DE 1994
(Em regime de urgência nos termos do art. 336, c, do Regimento Interno)
(Tramitando em conjunto com o Projeto de Resolução nº 122, de 1993.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 94, de 1994, de autoria do Senador Coutinho Jorge, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, transformando a Comissão de Educação em Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. (Dependendo de pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.)

- 30 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 1991-COMPLEMENTAR

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1991-Complementar (nº 223/90-Complementar, na Casa de origem), que regulamenta o § 2º do art. 171 da Constituição Federal, dispondo sobre a edição e o processo legislativo das medidas provisórias previstas no art. 62 da Constituição Federal, e dá outras providências, tendo

Pareceres, sob nºs 49 e 88, de 1991, da Comissão - de Constituição, Justiça e Cidadania, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto, com as Emendas de nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: contrário às Emendas de nºs 5 a 17, de Plenário.

- 31 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 125, DE 1991-COMPLEMENTAR
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 1991-Complementar (nº 60/89-Complementar, na Casa de origem), que disciplina os limites das despesas com o funcionalismo público, na forma do art. 169 da Constituição Federal, tendo

– Pareceres, proferidos em Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Meira Filho, 1º pronunciamento: favorável ao Projeto; 2º pronunciamento: favorável à emenda de Plenário, de autoria do Senador Maurício Correa.

(Dependendo de parecer sobre as emendas apresentadas perante a Comissão, de autoria do Senador Guilherme Palmeira.)

–32–

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 27, DE 1991
COMPLEMENTAR**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 27, de 1991-Complementar, de autoria do Senador Mansueto de Lavor, que regulamenta o § 3º do art. 192 da Constituição Federal, que dispõe sobre a cobrança de juros reais máximos, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Ney Maranhão, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

–33–

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 151, DE 1992
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 172, I, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 1992 (nº 1.002, na Casa de origem), que dispõe sobre a extinção da contribuição sindical a que se referem os arts. 578 a 591 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e dá outras providências, tendo

Parecer proferido em Plenário, Relator: Senador Eduardo Suplicy, favorável ao Projeto, com Emendas nºs 1 e 2, que apresenta, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

(Dependendo de parecer sobre a Emenda nº 3, de Plenário.)

–34–

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 1994 (nº 3.172/92, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que "dispõe sobre a criação de Procuradorias da República em municípios do interior, e dá outras providências", tendo

Parecer favorável, proferido em Plenário, Relator: Senador Cid Sabóia de Carvalho, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

–35–

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 1991
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 254, parágrafo único, do Regimento Interno)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 232, de 1991, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que autoriza o Poder Executivo a definir as terras indispensáveis à preservação ambiental, integrantes dos bens da União e dos Estados, na forma do art. 23, VI e VII, combinado com o art. 24, VI, da Constituição Federal, tendo

Parecer contrário, proferido em Plenário, Relator: Senador Ronan Tito, em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

–36–

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 11,
DE 1994-COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 11, de 1994-Complementar, de autoria do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre fontes de recursos do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 227, de 1994, da Comissão de

– Assuntos Econômicos, favorável ao Projeto com Emendas 1 e 2-CAE, que apresenta.

–37–

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 1991
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
art. 172, I, do Regimento Interno)**

De autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre isenção do Imposto de Renda para bolsas de estudos de médicos residentes e remuneração de estudantes em estágio para complementação de estudos universitários. (Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Chagas Rodrigues) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h54min.)

MESA

Presidente

Humberto Lucena _ PMDB _ PB

1º Vice-Presidente

Chagas Rodrigues _ PSDB _ PI

2º Vice-Presidente

Levy Dias _ PPR _ MS

1º Secretário

Júlio Campos _ PFL _ MT

2º Secretário

Nabor Júnior _ PMDB _ AC

3º Secretário

Júnia Marise _ PDT _ MG

4º Secretário

Nelson Wedekin _ PDT _ SC

Suplentes de Secretário

Lavoisier Maia _ PDT _ RN

Lucídio Portella _ PPR _ PI

Carlos Patrocínio _ PFL _ TO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Pedro Simon

Vice-Líderes

Jutahy Magalhães

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Mauro Benevides

Vice-Líderes

Fernando Bezerra
Cid Sabóia de Carvalho

José Fogaça
Ronaldo Aragão
Mansueto de Lavor
Antônio Mariz
Aluizio Bezerra
Gilberto Miranda
Jacques Silva

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Mário Covas

Vice-Líderes

Jutahy Magalhães
Almir Gabriel
Teotônio Vilela Filho

LIDERANÇA DO PFL

Líder

— Marco Maciel

Vice-Líder

Odacir Soares
Guilherme Palmeira
João Rocha

LIDERANÇA DO PSB

Líder

José Paulo Bisol

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Jonas Pinheiro

Vice-Líder

Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Magno Bacelar

Vice-Líder

Nelson Wedekin

LIDERANÇA DO PRN

Líder

Ney Maranhão

Vice-Líder

Áureo Mello

LIDERANÇA DO PP

Líder

Irapuan Costa Júnior

LIDERANÇA DO PPR

Líder

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Moisés Abrão
Affonso Camargo
Esperidião Amim

LIDERANÇA DO PT

Líder

Eduardo Suplicy

LIDERANÇA DO PMN

Líder

Francisco Rollemberg

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Secretaria Legislativa – Diretoria: Denise R. A. Zoghbi
Ramais: 311-3938 / 311-3939
Subsecretaria de Comissões: Diretor: Raimundo C. Silva
Ramais: 311-3488/311-3489/311-3490

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Vago

Vice-Presidente: Senador Magno Bacelar

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando
 Cid S. de Carvalho
 José Fogaça
 Jacques Silva
 Márcio Lacerda
 Antônio Mariz
 Pedro Simon
 Wilson Martins

RO-3111/12
 CE-3058/59
 RS-3077/78
 GO-3134/35
 MT-3029/30
 PB-4345/46
 RS-3230/31
 MS-3114/15

César Dias
 Mansueto de Lavor
 Garibaldi A. Filho
 Gilberto Miranda
 Mauro Benevides
 Aluizio Bezerra
 Divaldo Suruagy
 Alfredo Campos

RR-3064/65
 PE-3183/84
 RN-4382/92
 AM-3104/05
 CE-3194/95
 AC-3158/59
 AL-3185/86
 MG-3237/38

PFL

Josaphat Marinho
 Guilherme Palmeira
 Lourival Baptista
 Odacir Soares

BA-3173/74
 AL-3245/46
 SE-3027/28
 RO-3218/19

Marco Maciel
 Ailton Oliveira
 Jônice Tristão
 João Rocha

PE-3197/98
 AP-3191/92
 ES-3131/92
 TO-4071/72

PSDB

Jutahy Magalhães
 Mário Covas
 Maurício Corrêa

BA-3171/72
 SP-3177/78
 DF-3127/28

Almir Gabriel
 Teotônio Vilela Filho
 Albano Franco

PA-3145/46
 AL-4093/94
 SE-4055/56

PPR

Epitácio Cafeteira
 Espiridião Amin
 Carlos De'Carli

MA-4073/74
 SC-4206/07
 AM-3079/80

Hydekel Freitas
 Lourenberg N. Rocha
 Jarbas Passarinho

RJ-3082/83
 MT-3035/36
 PA-3022/23

PP

Vago

João França

RR-3067/68

PDT

Magno Bacelar

MA-3073/74

Lavoisier Maia

RN-3239/40

PTB

José Eduardo

PR-4064/65

Marluce Pinto

RR-4062/63

PRN

Aureo Mello

AM-3091/92

Ney Maranhão

PE-3101/02

PSB+PT+PMN

José Paulo Bisol

RS-3224/25

Francisco Rollemberg

SE-3032/34

Secretária: Vera Lúcia Lacerda Nunes

Fones da Secretária: 311-3972/4609/4612

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala nº 3, Ala Senador Alexandre Costa

Anexo das Comissões – Ramal 4315

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

(29 Titulares e 29 Suplentes)

Presidente: Senador Jutahy Magalhães

Vice-Presidente: Senador Lourival Baptista

Titulares

Suplentes

PMDB

Amir Lando

RO-3111/12

Aluizio Bezerra

AC-3158/59

Antônio Mariz
 César Dias
 Cid Sabóia de Carvalho
 Divaldo Suruagy
 Coutinho Jorge
 Ronaldo Aragão
 Garibaldi A. Filho
 Márcio Lacerda
 Vago

PB-4345/46
 RR-3064/65
 CE-3058/60
 AL-3180/85
 PA-3050/4393
 RR-4052/53
 RN-4382/92
 MT-3029

João Calmon
 Onofre Quinan
 Pedro Simon
 José Fogaça
 Ronan Tito
 Vago
 Jacques Silva
 Vago
 Vago

ES-3154/55
 GO-3148/49
 RS-3230/32
 RS-3077/78
 MG-3038/39
 GO-3133/34

PFL

Lourival Baptista
 Dário Pereira
 Odacir Soares
 Alexandre Costa
 Carlos Patrocínio

SE-3027/28
 RN-3098/99
 RO-3218/19
 MA-3070/71
 TO-4058/68

João Rocha
 Marco Maciel
 Hugo Napoleão
 Raimundo Lira
 Guilherme Palmeira

TO-4071/72
 PE-3197/99
 PI-3085/86
 PB-3031/02
 AL-3245/46

PSDB

Almir Gabriel
 Reginaldo Duarte
 Jutahy Magalhães
 Albano Franco

PA-3145/46
 CE-3242/43
 BA-3171/72
 SE-4055/56

Dirceu Carneiro
 Maurício Corrêa
 Teotônio V. Filho
 Joaquim Beato

SC-3179/80
 DF-3127/28
 AL-4093/94
 ES-3203/04

PPR

Afonso Camargo
 Epitácio Cafeteira
 Lucídio Portella
 Carlos De'Carli

RR-3062/63
 MA-4073/74
 PI-3055/56
 AM-3079-80

Jarbas Passarinho
 Moisés Abrão
 Lourenberg N. Rocha
 Levy Dias

PA-3022/23
 TO-3136/37
 MT-3035/36
 MS-3015/17

PP

João França
 Nelson Carneiro

RR-3067/68
 RJ-3209/10

Melra Filho
 Vago

DF-3221/22

PDT

Lavoisier Maia
 Magno Bacelar

RN-3240/41
 MA-3074/75

Darcy Ribeiro
 Vago

RJ-4221/30

PTB

Marluce Pinto

RR-4062/63

Jonas Pinheiro

AP-3206/07

PRN

Áureo Mello

AM-3091/92

Ney Maranhão

PE-3101/02

Secretário: Raimundo Franco Diniz

Telefones: Secretaria: 311-5151/4608/7285

Sala de reuniões: 311-3652

Reuniões: Quartas-feiras, às 14 horas.

Sala nº 09 – Ala Sen. Alexandre Costa

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: João Rocha

Vice-Presidente: Gilberto Miranda

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito
 Garibaldi A. Filho
 Ruy Bacelar
 Ronaldo Aragão
 Alfredo Campos
 Mansueto de Lavor
 Aluizio Bezerra
 Gilberto Miranda
 Jacques Silva

MG-3038/39/40
 RN-4382/92
 BA-3161/62
 RR-4052/53
 RO-3064/65/66
 PE-3182/83/84
 AC-3158/59
 AM-3104/05
 GO-3148/50

Mauro Benevides
 José Fogaça
 Flaviano Melo
 Cid S. de Carvalho
 Coutinho Jorge
 Pedro Simon
 Divaldo Suruagy
 João Calmon
 Wilson Martins

CE-3194/95
 RS-3077/78
 AC-3493/94
 CE-3058/59
 PA-3050/4393
 RS-3230/32
 AL-3185/86
 ES-3154/55
 MS-3114/15

PFL

Carlos Patrocínio
 Raimundo Lira
 Ailton Oliveira
 Jônice Tristão
 João Rocha

TO-4058/68
 PB-320/02
 AP-3191/92/93
 ES-3131/32
 MA-4071/72

Dário Pereira
 Odacir Soares
 Hugo Napoleão
 Josaphat Marinho
 Marco Maciel

RN-3098/99
 RO-1118/19
 PI-3085/87
 BA-3173/75
 PE-3197/98

PSDB

Fernando H. Cardoso	SP-311/18	Reginaldo Duarte	CE-3242/43
José Richa	PR-3163/64	Dirceu Carneiro	SC-3179/80
Mário Covas	SP-3177/78	Jutahy Magalhães	BA-3171/72

PPR

Afonso Camargo	PR-3062/63	Hydekel Freitas	RJ-3082/83
Espíndio Amin	SC-4206/07	Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36
Moisés Abrão	TO-3136/37	Jarbas Passarinho	PA-3022/24

PP

Irapuan Costa Júnior	GO-3089/90	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
Meira Filho	DF-3222/05		

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Vago	

PTB

Jonas Pinheiro	AP-3206/07	José Eduardo	PR-4059/60
----------------	------------	--------------	------------

PRN

Ney Maranhão	PE-3101/02	Aureo Mello	AM-3091/92
--------------	------------	-------------	------------

PSB/PT/PMN

Eduardo Suplicy	3213/15/16	José Paulo Bisol	3224/25
-----------------	------------	------------------	---------

Secretário: Dirceu Vieira M. Filho

Ramais: 311-3516/4605/4683

Reuniões: Terças-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões; Ala Senador Alexandre Costa _ Ramal 4344

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL - CRE**

(19 Titulares e 19 Suplentes)
Presidente: Alfredo Campos
Vice-Presidente: Hydekel Freitas

Titulares

Suplentes

PMDB

Ronan Tito	MG-3039/40	Mauro Benevides	CE-3052/53
Alfredo Campos	MG-3237/38	Flaviano Melo	AC-3493/94
Gersonn Camata	ES-3203/04	Garibaldi A. Filho	RN-4382/92
Divaldo Suruagy	AL-3185/86	Mansueto de Lavor	PE-3182/83
João Calmon	ES-3154/55	Gilberto Miranda	AM-3104/05
Ruy Bacelar	BA-3160/61	Cesar Dias	RR-3064/65

PFL

Alexandre Costa	MA-3069/70	Marco Maciel	PE-3197/98
Lourival Baptista	SE-3027/28	Odacir Soares	RO-3218/19
Hugo Napoleão	PI-3085/86	Josaphat Marinho	BA-3173/74

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Jutahy Magalhães	BA-3171/72
José Richa	PR-3163/64	Fernando H. Cardoso	SP-3117/18

PPR

Hydekel Freitas	RJ-3082/83	Epitácio Cafeteira	MA-4073/74
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Lucídio Portella	PI-3055/56

PP

Irapuan Costa Júnior	3088/3089	Pedro Teixeira	3127/3128
----------------------	-----------	----------------	-----------

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4230/31	Magno Bacelar	MA-3074/75
---------------	------------	---------------	------------

PTB

Marluce Pinto	RR-4062/63	Vago	
---------------	------------	------	--

PRN

Vago	Rachid Saldanha Derzi	MS- 4770/71
------	-----------------------	-------------

PSB/PT/PMN

Eduardo Suplicy	SP-3221/15/16	José Paulo Bisol	RS-3224/25
Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Vago	

Secretário: Paulo Roberto Almeida Campos

Ramais: 311-3259/3496

Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3546

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE
INFRA-ESTRUTURA - CI**

(23 Titulares e 23 Suplentes)

Presidente: Dario Pereira

Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

Titulares

Suplentes

PMDB

Flaviano Melo	AC-3493/94	Amir Lando	RO-3110/11
Mauro Benevides	CE-3194/95	Ruy Bacelar	BA-3161/62
Alvízio Bezerra	AC-3158/59	Ronaldo Aragão	RR-4052/53
Onofre Quinan	GO-3148/49	Ronan Tito	MG-3039/40
Gilberto Miranda	AM-3104/05	Coutinho Jorge	PA-3050/53
César Dias	RR-3064/65	Antonio Mariz	PB-4345/46
Marcio Lacerda	MT-3029/30	Wilson Martins	MS-4345/46
Vago		Jaques Silva	GO-3134/35

PFL

Dario Pereira	RN-3098/99	Raimundo Lira	PB-3201/02
Airton Oliveira	AP-3191/92	Carlos Patrocínio	TO-4068/69
Jônice Tristão	ES-3131/32	Guilherme Palmeira	AL-3245/46
Odacir Soares	RO-1118/19	Lourival Baptista	SE-3027/28

PSDB

Dirceu Carneiro	SC-3179/80	Reginaldo Duarte	CE-3242/43
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64
Albano Franco	SE-4055/56	Maurício Corrêa	DF-3127/28

PPR

Hydekel Freitas	RL-3028/83	Afonso Camargo	PR-3062/63
Lucídio Portella	PI-3055/56	Espíndio Amin	SC-4206/07
Lourenberg N. Rocha	MT-3035/36	Moisés Abrão	MT-3136/37

PP

João França	RR-3067/68	Meira Filho	DF-3221/22
-------------	------------	-------------	------------

PDT

Lavoisier Maia	RN-3239/40	Magno Bacelar	BA-3074/75
----------------	------------	---------------	------------

PTB

José Eduardo	PR-4059	Marluce Pinto	RR-4062/63
--------------	---------	---------------	------------

PRN

Rachid Saldanha Derzi	MS-4770/71	Vago	
-----------------------	------------	------	--

PSB/PT/PMN

Francisco Rollemberg	SE-3032/33	Eduardo Suplicy	SP-3213/15
----------------------	------------	-----------------	------------

Secretário: Celso Parente _ Ramais 311-4354/7284/4607

Reuniões: Terças-feiras, às 14 horas

Local: Sala das Comissões, Ala Senador Alexandre Costa _ Anexo das Comissões _ Ramal 3286

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

(27 Titulares e 27 Suplentes)

Presidente: Valmir Campelo

Vice-Presidente: Vago

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/55	Cid Sabóia de Carvalho	CE-3058/59
Flaviano Melo	AC-3493/94	Antônio Mariz	PB-4345/46
Mauro Benevides	CE-3052/53	Onofre Quinan	GO-3148/49
Wilson Martins	MS-3114/15	Marcio Lacerda	RJ-3029/30
Coutinho Jorge	PA-3050/4393	Ronaldo Aragão	RO-4052/53
Mansueto de Lavor	PE-3182/83	Amir Lando	RO-3110/11
José Fogaça	RS-3077/78	Ruy Bacelar	BA-3160/61
Pedro Simon	RS-3230/31	Alfredo Campos	MG-3237/38
Jacques Silva	GO-3134/35	Gerson Camata	ES-3203/04

PFL

Josaphat Marinho	BA-3173/74	Dario Pereira	RN-3098/99
Marco Maciel	PE-3197/98	João Rocha	TO-4071/72
Hugo Napoleão	PI-3085/86	Alexandre Costa	MA-3069/70
Raimundo Lira	PB-3201/02	Carlos Patrocínio	TO-4058/68
Airton Oliveira	AP-3191/92	Jônice Tristão	ES-3131/32

PSDB

Almir Gabriel	PA-3145/46	Albano Franco	SE-4055/56
Maurício Corrêa	DF-3127/28	Mário Covas	SP-3177/78
Teotônio V. Filho	AL-4093/94	José Richa	PR-3163/64

PPR

Lourenber N. Rocha	MT-3035/36	Eptácio Cafeteira	MA-4073/74
Jarbas Passarinho	PA-3022/23	Espiridião Amin	SC-4206/07
Moisés Abrão	TO-3136/37	Carlos De'Carli	AM-3079/80

PP

Meira Filho	DF-5221/22	João França	RR-3067/68
Nelson Carneiro	RJ-3209/10	Vago	

PDT

Darcy Ribeiro	RJ-4229/30	Magno Bacelar	MA-3074/75
Lavoisier Maia	RN-3239/40	Vago	

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89	José Eduardo	PR-4058/59
----------------	------------	--------------	------------

PRN

Aureo Mello	AM-3091/92	Ney Maranhão	PE-3101/02
-------------	------------	--------------	------------

PSB/PT/PMN

José P. Bisol RS-3224/25 Francisco Rollemberg SE-3032/33

Secretária: Mônica Aguiar Inocente

Ramais: 311-3498/4682

Reuniões: Quintas-feiras, às 14 horas

Local: Sala nº 15, Ala Senador Alexandre Costa - Ramal 3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente:

Vice-Presidente:

(17 Titulares e 9 Suplentes)

Titulares

Suplentes

PMDB

João Calmon	ES-3154/56	Mauro Benevides	CE-3194/95
Alfredo Campos	MG-3237/38	Garibaldi Alves Filho	RN-4382/92
Antônio Mariz	PB-4345/46	Aluizio Bezerra	AC-3158/59
Gilberto Miranda	AM-3104/05		
Cid S. de Carvalho	CE-3058/59		
Ronan Tito	MG-3038/39		

PFL

Carlos Patrocínio	TO-4058/59	Alexandre Costa	MA-3070/71
Josaphat Marinho	BA-3173/74	Airton Oliveira	AP-3191/92
Odacir Soares	RO-1118/19		

PSDB

Reginaldo Duarte	CE-3242/43	Almir Gabriel	PA-3145/46
Dirceu Carneiro	SC-3179/80		

PPR

Esperidião Amin	SC-4206/07	Afonso Camargo	PR-3062/63
Moisés Abrão	TO-3136/37		

PP

João França	RR-3067/68	Nelson Carneiro	RJ-3209/10
-------------	------------	-----------------	------------

PDT

Magno Bacelar	MA-3074/75	Lavoisier Maia	RN-3239/40
---------------	------------	----------------	------------

PTB

Valmir Campelo	DF-3188/89
----------------	------------

PRN

Ney Maranhão	PE-3101/02
--------------	------------

Reuniões:

Sala nº - Ala Sen. Alexandre Costa